

PANORAMA AGU

2010 – 2014





AGU *Cidadã*
Direito de todos. Dever do Estado!

Ed. Sede I - Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 5/6
Ed. Multi Brasil Corporate - Brasília-DF - CEP 70.070-030
Fones: (61) 2026-9202 / 2026-9712

Ed. Sede II - Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 6 - Lote 800
Brasília-DF - CEP 70.610-460
Fones: (61) 2026-7709 / 2026-7807

PANORAMA AGU
2010 - 2014

EXPEDIENTE DA AGU

Luís Inácio Lucena Adams
Advogado-Geral da União

Fernando Luiz Albuquerque Faria
Advogado-Geral da União Substituto
Secretário-Geral de Consultoria

Paulo Henrique Kuhn
Procurador-Geral da União

Marcelo de Siqueira Freitas
Procurador-Geral Federal

Adriana Queiroz de Carvalho
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Isaac Sidney Menezes Ferreira
Procurador-Geral do Banco Central

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Consultor-Geral da União

Grace Maria Fernandes Mendonça
Secretária-Geral de Contencioso

Ademar Passos Veiga
Corregedor-Geral da Advocacia da União

Rosângela Silveira de Oliveira
Adjunta do Advogado-Geral da União

Ana Paula Passos Severo
Adjunta do Advogado-Geral da União

Mariana Rodrigues Silva Melo
Ouvidora da Advocacia-Geral da União

Gildenora Batista Dantas Milhomem
Secretária-Geral de Administração

Juliana Sahione Mayrink Neiva
Diretora da Escola da AGU

Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva
Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União

Adão Paulo Martins de Oliveira
Chefe da Assessoria de Comunicação

Nilson Karoll Mendes
Chefe da Assessoria Parlamentar

ÍNDICE

Apresentação.....	8
AGU em números	11
Informações temáticas.....	15
Energia elétrica, aviação e transportes	16
Povos indígenas, comunidades quilombolas e reforma agrária	18
Regras eleitorais, normas legais e controle	20
Servidor público, ações trabalhistas e Previdência Social	22
Transparência, investimentos e novas instalações	24
Atuação internacional, sistema financeiro e tributos	26
Educação, saúde e meio ambiente	28
Conciliação, consultoria e assessoramento	30
Habitação, patrimônio e combate à corrupção	32
Informações setoriais	35
PGU	36
PGF	38
PGFN.....	40
PGBC.....	42
CGU	44
SGCT	46
CGAU	48
SGCS	50
GAB.....	52
SGA	54
DGE	56
EAGU	58
OAGU	60
ASCOM	62
ASPAR	64

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) leitor(a),

As próximas páginas desta publicação registram os principais momentos e conquistas da **Advocacia-Geral da União** (AGU) nos últimos cinco anos. A Instituição fez valer o comando constitucional de representar a União, judicial e extrajudicialmente, e de realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.

Os números alcançados refletem o compromisso do órgão com os princípios constitucionais de publicidade e eficiência. De 2010 a 2014, a AGU arrecadou e economizou aos cofres públicos **R\$ 3,07 trilhões**. O montante envolve defesa de obras, manutenção de leis, combate à corrupção e à improbidade administrativa, entre tantas outras ações.

A Advocacia-Geral obteve, ainda, importantes resultados nas questões sociais, cujos valores são imensuráveis. A cada vitória na Justiça, a Instituição preservou e garantiu a segurança jurídica de políticas públicas, fator essencial ao desenvolvimento do país e ao fortalecimento da democracia.

Isso só foi possível graças à organização estratégica de órgãos e unidades da AGU, como a **Procuradoria-Geral da União**, a **Procuradoria-Geral Federal** e a **Secretaria-Geral de Contencioso**, na defesa de programas de governo – Enem, Mais Médicos para o Brasil, Lei Maria da Penha etc.

Já as controvérsias nas áreas fiscal e monetária mobilizaram a **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional** e a **Procuradoria-Geral do Banco Central** para assegurar a execução das políticas econômicas.

Na esfera consultiva, a **Consultoria-Geral da União** atuou preventivamente ao fornecer assessoramento jurídico às questões formuladas pelos gestores públicos. A Instituição também fiscalizou atividades funcionais e realizou a correição dos órgãos da AGU por meio da **Corregedoria-Geral da Advocacia da União**.

Ao longo dos anos, a articulação governamental ganhou força com a **Secretaria-Geral de Consultoria**, o **Gabinete do Advogado-Geral da União** e a **Assessoria Parlamentar**.

As relações com a sociedade foram intensificadas com uma frequente interlocução entre a **Ouvidoria** e o cidadão, além de uma maior visibilidade das ações institucionais a partir da atuação da **Assessoria de Comunicação Social** junto aos públicos interno e externo.

O suporte necessário ao desempenho de todas essas tarefas coube à **Secretaria-Geral de Administração**, ao **Departamento de Gestão Estratégica** e à **Escola da AGU**, setores que investem em sustentabilidade, bem-estar, infraestrutura e capacitação profissional.

O resultado gerado pela AGU é fruto do comprometimento de uma equipe altamente qualificada, composta por 12 mil servidores, advogados e procuradores em todos os estados brasileiros.

A AGU está confiante de que nos próximos cinco anos consolidará ainda mais a imagem de Instituição eficiente, transparente e empenhada na defesa do Estado brasileiro!

Boa leitura!

**AGU EM
NÚMEROS**

Presente em cerca de **1.000** unidades distribuídas em todas as **27** unidades da Federação

PANORAMA AGU

2010 - 2014

Mais de **R\$ 1 bilhão** recuperados em **10 mil** ações de combate à corrupção e defesa do patrimônio

63,8 mil demandas recebidas do STF

Mais de **400 mil** acordos realizados

Mais de **300 mil** pareceres emitidos

Desistência em **30 mil** processos que garantiram a economia de **R\$ 23,2** milhões

Acompanhamento de **3,9 mil** ações relativas a **74** empreendimentos do PAC

336 mil horas/aula de capacitação

2,2 mil ações regressivas

1.343 informações concedidas via LAI

Sapiens implantado em **553** unidades

45,3 mil citações na imprensa

R\$ 3,07 trilhões economizados/arrecadados

R\$ 12,6 bilhões de orçamento

**INFORMAÇÕES
TEMÁTICAS**

ENERGIA ELÉTRICA, AVIAÇÃO E TRANSPORTES

O desenvolvimento do Brasil depende da infraestrutura de energia elétrica e de transportes – terrestre, aéreo ou marítimo. As importações e exportações, o comércio interno e o traslado de passageiros são essenciais à economia do país.

Nos últimos anos, a AGU conquistou expressivas vitórias judiciais que reafirmaram as políticas públicas do setor elétrico, garantindo a famílias e empresas brasileiras o acesso à energia.

Como exemplos, a comprovação da legalidade da construção de usinas hidrelétricas e obras de rodovias e aeroportos em todo o país.

Os advogados públicos confirmaram, ainda, as competências das agências reguladoras de fiscalizar empresas e de zelar pela qualidade e segurança dos serviços oferecidos à população.

OBRAS – Acompanhadas 3.932 ações relativas a 74 empreendimentos do PAC.

HIDRELÉTRICAS – Defendidos o licenciamento ambiental e as regras de concessão da Anatel para usinas hidrelétricas em 201 ações judiciais, incluindo Belo Monte (PA) e Teles Pires (MT).

MARCO REGULATÓRIO – Comprovadas as condições do novo marco regulatório do setor energético para prorrogação de contratos para geração de energia elétrica.

LEILÕES DE ENERGIA – Garantidos leilões de energia A-5, com receita de R\$ 20,6 bilhões, A-3 e de linhas de transmissão para o SIN.

PORTOS – Afastado Mandado de Segurança contra votação da MP dos Portos.

INFRAESTRUTURA – Economizados R\$ 120 milhões nas obras das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste.

TRANSNORDESTINA – Ajuizadas mais de 100 ações de desapropriação referentes à ferrovia nos estados do Ceará e do Piauí.

FERROVIAS – Confirmada competência regulatória e fiscalizatória da ANTT para determinar a realização de investimentos em estradas de ferro.

TREM DO CORCOVADO – Definida a competência para a exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado.

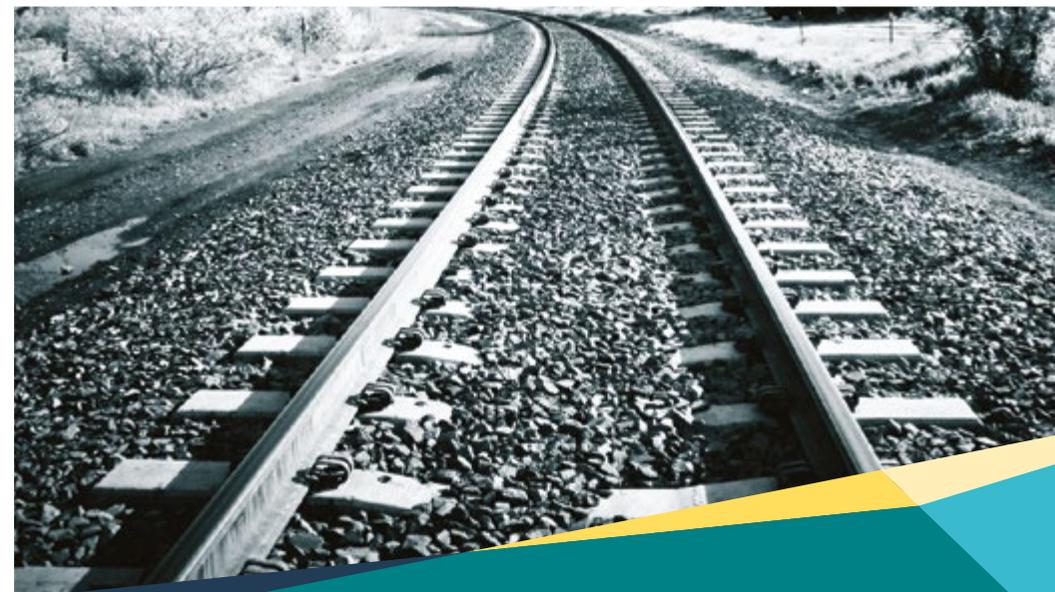
LICENÇA PARA PILOTOS – Comprovada a validade de normas da Anac para emissão de licenças para pilotos de aeronaves.

AEROPORTOS – Asseguradas as concessões dos terminais de Galeão (RJ), Confins (MG), Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF).

RODOVIAS – Confirmados os leilões de concessão das BRs 116 e 324 (BA), desapropriações para obras das BRs 280 e 470 (SC) e duplicação de parte da BR 329 (RS) e do trecho sul da BR 101 (SC).

LIBERAÇÃO DAS RODOVIAS – Garantido trânsito livre nas rodovias federais brasileiras durante manifestações de integrantes do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

CAMPO DE LIBRA – Derrubadas 27 ações que pretendiam impedir a exploração do pré-sal. O leilão gerou R\$ 15 bilhões de receita e estima arrecadar R\$ 1 trilhão durante 35 anos de concessão.



POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E REFORMA AGRÁRIA

A Constituição Federal assegura a índios e quilombolas a proteção da cultura e a posse de terras tradicionalmente ocupadas. Garante também o direito à terra, viabilizado a partir de programas de reforma agrária.

É dever da Advocacia-Geral da União preservar esse comando constitucional, defendendo a legalidade da demarcação de terras indígenas, como das etnias Tupinambá de Olivença (BA), Awá-Guajá (MA), Jatayvary (MS) e Marãiwatsede (MT).

A AGU comprovou também a regularidade da demarcação do território de Mesquita (GO) e demonstrou que 201 hectares da Fazenda Conquista (SC) pertencem a descendentes de escravos.

O trabalho de advogados, procuradores e servidores impediu a posse de terras a quem não atende às regras da reforma agrária e regulamentou a transferência de imóveis rurais para projetos de assentamentos do Incra.

TUPINAMBÁ – Assegurada a continuidade do processo de demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença, localizada na região sul da Bahia.

GUARANI – Rejeitadas, no STJ, ações contra demarcação da terra indígena Jatayvary, em Ponta Porã (MS), do povo Kaiowá.

PARECIS – Restituídas terras ocupadas desde o século XIX pelos índios da comunidade Parecis em Diamantino (MT).

AWÁ-GUAJÁ – Transferidas 50 famílias da reserva indígena Awá-Guajá (MA) para fazenda desapropriada no estado.

XINGU – Confirmada a validade da lista de municípios integrantes do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu.

LEGALIDADE – Demonstrada regularidade do procedimento de demarcação o território quilombola de Mesquita (GO).

TERRAS INDÍGENAS – Assegurada a posse dos indígenas Nhandewa Guarani sobre a terra Ivyporã-Laranjinha (PR) e defesa da demarcação de terras de Toldo Pinhal (SC) para as etnias Kaingang, Menku, Myky e Xavante.

DEMARCAÇÃO – Recebidas lideranças indígenas na sede da AGU, em quatro oportunidades, entre 2012 e 2014, para tratar da Portaria nº 303/2012, sobre a demarcação de terras indígenas e que está suspensa para análise e adequação.

MARÃIWATSEDE – Ajuizadas cerca de 50 ações para recuperação de 26 mil hectares de floresta amazônica na Terra Indígena Marãiwatsede.

JACARÉ DOS PRETOS – Mantida a presença da comunidade remanescente do quilombo “Jacaré dos Pretos” no município de Nossa Senhora do Livramento (MT), até que receba a titulação definitiva da terra.

POSSE – Afastada posse indevida de terceiros de terras situadas na comunidade quilombola do Bairro Pedro Cubas, em Eldorado (SP).

TERRAS QUILOMBOLAS – Garantido o reconhecimento de que a Fazenda Conquista (SC), com 201 hectares, pertence a quilombolas.

PASSO GRANDE – Garantido prazo adequado à demarcação da Terra Indígena de Passo Grande do Rio Forquilha, nos municípios de Cacique Doble e Sananduva (RS).

REGULARIZAÇÃO – Publicada Portaria em conjunto com MDA para regulamentar a transferência de imóveis rurais ao Incra para projetos de assentamento.

PARAUPEBAS – Comprovado ato do Incra para retirar invasores de lotes do Projeto de Assentamento Palmares Sul em Parauapebas (PA).



REGRAS ELEITORAIS, NORMAS LEGAIS E CONTROLE

É dever da Advocacia-Geral da União garantir o cumprimento das normas brasileiras e a segurança jurídica de políticas públicas federais que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos. Como exemplo, a AGU confirmou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha.

No período de 2010 a 2014, os desafios incluíram Copa do Mundo e eleições. A AGU evitou que candidatos tivessem vantagens indevidas nas urnas e comprovou a constitucionalidade da Lei Geral da Copa.

Em parceria com outros órgãos, a Instituição editou a cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições”. Os advogados públicos também ajuizaram 84 ações cobrando R\$ 3,2 milhões de ex-gestores por gastos com novos pleitos.

A atuação incluiu, ainda, participação na elaboração de novas leis, como o Código Florestal, a MP dos Portos, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e o novo Código de Processo Civil.

ESPORTE – Garantida a constitucionalidade do Estatuto do Torcedor e da Lei Geral da Copa, que instituíram as condições jurídicas e administrativas para a realização da Copa do Mundo, da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude.

SALÁRIO MÍNIMO – Analisado Projeto de Lei nº 382/11, que dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e regulamenta política de valorização até 2015.

BANDA LARGA 4G – Realizada força-tarefa para garantir leilão realizado pela Anatel que arrecadou R\$ 5,85 bilhões e permitiu a oferta do serviço no país.

SOBERANIA – Elaborado parecer sobre situações em que Ministério da Defesa pode abater aeronaves hostis.

REDUÇÃO DE LITÍGIO – Aprovada normatização de procedimentos para desistência e não interposição de recursos.

PROTEÇÃO À IMAGEM – Proibida utilização de referências à autarquias e fundações federais por candidatos em “nomes de urna”.

LEI DE MEDIAÇÃO – Obtida no Senado Federal a aprovação de projeto de lei sugerido pela AGU para resolução consensual de conflitos na Administração Pública.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES – Assegurada a restituição de valores gastos com novas eleições quando ex-gestores cometem irregularidades no processo eleitoral. Foram ajuizadas 84 ações judiciais cobrando R\$ 3,2 milhões.

LEI ORGÂNICA – Entregue cerca de 3,5 mil sugestões de membros e servidores da AGU à relatoria da nova Lei Orgânica da Instituição (PLC nº 205/12) na Câmara dos Deputados.

MARIA DA PENHA – Confirmada constitucionalidade da lei que protege as mulheres.

COLIGAÇÕES – Comprovado, no STF, o direito das coligações partidárias de convocar suplentes para assumir cargos vagos.

CONTRATAÇÕES – Fornecidas informações ao TCU para auxiliar no aprimoramento e ampliação da utilização do RDC.

ALTERAÇÃO DE PARTIDO – Afastada tentativa de impedir tramitação do Projeto de Lei nº 4.470/12 sobre mudança de partido durante a legislatura.

CONCESSÃO DE AEROPORTOS – Apresentadas ao TCU informações sobre a validade de concessão de aeroportos à iniciativa privada.

CORREIÇÃO ELETRÔNICA – Implantado Sistema de Correição Eletrônica, com 93 correições efetivadas e redução média de R\$ 205 mil de gastos com diárias e passagens.

PROCESSO CIVIL – Participação em debates e reuniões no Congresso Nacional para apresentar sugestões ao novo CPC (Projeto de Lei nº 8.046/2010).

INCENTIVOS – Reconhecida a possibilidade de concessão, manutenção e ampliação de benefícios fiscais em ano eleitoral, desde que amparadas em estudos técnicos que comprovem a necessidade e o interesse público.



SERVIDOR PÚBLICO, AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Administração Pública conta com o respaldo da AGU, seja na garantia da prestação dos serviços dos órgãos federais à sociedade, seja na promoção da segurança jurídica das decisões dos agentes públicos.

Nos últimos cinco anos, diversas vitórias foram conquistadas como a manutenção da decisão do CNJ de fixar mínimo de oito horas diárias para atendimento ao cidadão na Justiça.

A Advocacia-Geral também intensificou a cobrança de empresas negligentes dos benefícios previdenciários que o INSS concedeu à vítimas de acidentes de trabalho.

A Instituição editou, ainda, o Parecer nº 038/2010, que reconheceu a união estável homoafetiva para pagamento de benefícios, uma iniciativa de caráter social que favoreceu diversos casais no Brasil.

DIREITOS HOMOAFETIVOS – Aprovado Parecer nº 038/2010, que reconheceu a união estável homoafetiva para o pagamento de benefícios previdenciários.

APOSENTADORIA – Asseguradas as regras do cálculo de aposentadoria por invalidez previstas na legislação previdenciária, gerando uma economia anual de mais de R\$ 2 bilhões diretos e R\$ 10 bilhões indiretos.

GREVES – Suspensas paralisações de servidores da área da Cultura, do IBGE e de professores e técnicos de institutos federais de ensino e universidades.

PREVIDENCIÁRIO – Garantida, no STJ, a interpretação do Decreto nº 2.172/97 referente ao nível de ruído, que caracteriza o trabalho como tempo especial para fins previdenciários.

SERVIÇO MILITAR – Confirmada a convocação de alunos dos cursos de medicina, farmácia, odontologia e veterinária para o serviço militar obrigatório após a colação de grau.

REGRESSIVAS – Movidas 2.283 ações acidentárias pedindo a devolução de R\$ 439 milhões gastos pelo INSS.

PREVIDÊNCIA PRIVADA – Retirada a dedução da base de cálculo de PIS e Cofins da despesa administrativa denominada “transferência interprograma”.

ADMINISTRATIVO – Mantida exigência de prévio requerimento administrativo de benefícios previdenciários antes de ação judicial.

TRABALHISTA – Recolhido, no primeiro semestre de 2012, mais de R\$ 2 milhões referentes a multas aplicadas a empresas que desrespeitaram a legislação trabalhista.

ISONOMIA – Demonstrada violação dos princípios de isonomia e impessoalidade nos casos de ações judiciais pedindo a remarcação de prova física em concurso.

CARGA HORÁRIA – Mantida decisão do CNJ de fixar mínimo de oito horas diárias para atendimento ao público na Justiça.

CONCURSO PÚBLICO – Permitida posse de candidatos com nível de escolaridade superior em relação ao exigido no edital, desde que seja de área correlata.

CONTRIBUIÇÃO – Reconhecida, sob a sistemática dos recursos repetitivos, a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas recebidas a título de horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade e descanso semanal remunerado, e também sobre o salário-maternidade e salário-paternidade.

NOVOS CARGOS – Elaborado Projeto de Lei para criação de 560 cargos de advogados da União que resultou na promulgação da Lei nº 12.671, de 19 de junho de 2012.

AVISO PRÉVIO – Editada manifestação para orientar a sanção da Lei do Aviso Prévio, que estabeleceu novas regras para a rescisão de contratos de funcionários.

CARTÓRIOS – Garantida a exigência de concurso público para os titulares de cartórios.



TRANSPARÊNCIA, INVESTIMENTOS E NOVAS INSTALAÇÕES

A AGU segue à risca os princípios de publicidade e transparência previstos na Constituição Federal ao prestar contas de sua atuação à nação brasileira.

O fornecimento de dados públicos, facilitado pela Lei de Acesso à Informação, possibilitou atendimento de 1.343 demandas de cidadãos de todo o país. A prática da comunicação integrada, por exemplo, se estendeu às mídias sociais, ampliou o universo de leitores e abriu diálogo direto com a sociedade.

Os esforços da AGU foram reconhecidos, ainda, pela Association of Legal Administrators, que destacou as boas práticas de gestão adotadas na PGBC. Já o programa AGU Brasil venceu o Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça, na categoria “rádio”.

Investimentos em tecnologia e novas instalações têm sido prioridade dos setores administrativos na busca contínua de melhor infraestrutura de trabalho aos profissionais da Instituição.

RECONHECIMENTO – Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça para o Programa AGU Brasil, na categoria “rádio”.

MÍDIAS SOCIAIS – Registrados 235 mil seguidores da AGU no Facebook, Twitter e YouTube.

VISIBILIDADE – AGU foi o segundo órgão do sistema judicial mais citado na mídia por três anos consecutivos, segundo a empresa Armazém Digital.

SESSÃO SOLENE – Câmara dos Deputados homenageia a AGU pelos 20 anos da Instituição.

TECNOLOGIA – Adquiridos equipamentos para modernização na área de informática nas sedes e unidades da AGU.

HOMENAGEM – Obtido reconhecimento da ALA (Canadá) em relação às boas práticas adotadas pela PGBC.

INFORMAÇÃO – Identificado que formulário online no site da AGU é o principal canal de comunicação da Ouvidoria da AGU, com 29.514 registros, sendo 25.251 pedidos de informação, 133 elogios e 160 sugestões.

EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS – Agraciado pela Secretaria de Orçamento Federal com o selo “Boa Prática de Gestão”, o programa IES avalia, acompanha e gerencia as condições dos 196 imóveis da AGU para verificar as condições de trabalho e servir como parâmetro para melhorias futuras na infraestrutura, logística, tecnologia da informação, documentação e ações ambientais.

DATA CENTER – Inaugurado novo Datacenter, com 450 servidores virtuais e capacidade de armazenamento de 500 Terabytes, para ampliar os serviços e infraestrutura em TI para todas as unidades da AGU no país.

SAPIENS – Implantado sistema web para apoio completo à produção de conteúdo jurídico e controle de fluxos administrativos, com ênfase na integração com os sistemas informatizados dos Poderes Judiciário e Executivo.

MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES – Em Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Campo dos Goytacazes (RJ), Criciúma (SC), Duque de Caxias (RJ), Feira de Santana (BA), Ilhéus (BA), Juiz Fora (MG), Macapá (AP), Novo Hamburgo (RS), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

NOVAS UNIDADES – Inaugurados Escritórios Avançados da Corregedoria na 2ª, 3ª e 4ª Regiões, assegurando mais eficiência à atuação correccional, disciplinar e de avaliação de desempenho no estágio confirmatório.

AGU MAIS VIDA – Estendido projeto que tem por objetivo proporcionar aos membros e servidores da Instituição condições para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que viabilizem um estilo de vida saudável, incluindo o “AGU Medida Certa” e o “AGU Mais Música”, além da participação em campanhas relacionadas à assistência social e bem estar.

LAI – Recebidos 1.343 pedidos de acesso à informação. Solicitações foram respondidas, em média, em apenas 11,5 dias.

IMPrensa – Contabilizados que 50% dos pedidos de jornalistas foram atendidos em menos de uma hora.

QUALIFICAÇÃO – Realizados 2.464 eventos de capacitação oferecidos para 51.182 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros.



ATUAÇÃO INTERNACIONAL, SISTEMA FINANCEIRO E TRIBUTOS

A presença da Advocacia-Geral nas disputas judiciais extrapola as fronteiras da nação. O papel da Instituição no cenário internacional é garantir o respeito às decisões do país e o ressarcimento aos cofres públicos.

Entre os casos que contaram com a atuação da AGU estão o pedido de extradição de condenado pela Justiça brasileira, o bloqueio à movimentação de ativos do Banco da Líbia para evitar o financiamento de atos terroristas, o cumprimento da Convenção de Haia e a repatriação de quase US\$ 7 milhões enviados à Suíça pelo ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

A Instituição também acompanha a execução das políticas econômicas, como no julgamento que reconheceu a legitimidade de cobrança de tarifa bancária, evitando o repasse ao consumidor final de custo estimado em R\$ 1 trilhão.

A Advocacia-Geral ainda contribuiu para a estabilidade financeira do país ao defender a legalidade de planos econômicos adotados no passado e comprovar, no STF, a exclusiva competência do Banco Central para apreciar aspectos concorrenciais e atos de fusão bancária.

PIZZOLATO – Apresentado recurso à Corte de Cassações de Roma contra a decisão da Corte de Apelação de Bolonha de negar a extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, condenado pelo STF na Ação Penal 470.

LÍBIA – Bloqueados, por cinco meses, R\$ 20 milhões dos bancos ABC Brasil S.A. e ABC DTVM, controlados pelo Arab Banking Corporation e ligados ao Banco Central da Líbia. A medida impediu a compra de armas pelo então ditador Muamar Kaddafi.

CONVENÇÃO DE HAIA – Devolvido garoto americano Sean Goldman ao pai biológico, em cumprimento à Convenção de Haia.

EXTRADIÇÃO – Confirmada, no STF, decisão que, com base na soberania nacional e tratados internacionais, negou a extradição de Cesare Battisti.

FRAUDE – Demonstrado que a alienação de bens pelo devedor após inscrição em Dívida Ativa de crédito tributário configura fraude à execução.

OPERAÇÃO LARANJA MECÂNICA – Reconhecido vínculo entre 70 pessoas jurídicas envolvidas em esquema de sonegação fiscal e determinado bloqueio de bens para garantir ressarcimento de R\$ 307 milhões à Fazenda Nacional.

ESMERALDA BAHIA – Requerida à Corte Superior de Los Angeles a extinção de ação sobre a propriedade da pedra de quase 400 quilos e sua posterior repatriação ao Brasil.

TARIFA BANCÁRIA – Afastada ação da Anustel, em Alagoas, que pretendia suspender tarifa bancária (Resolução Bacen nº 2.303/96), com impacto estimado em R\$ 1 trilhão para correntistas de todo o país.

PLANOS ECONÔMICOS – Defendidas, no STF, a constitucionalidade e a legitimidade dos planos econômicos de estabilização monetária lançados nas décadas de 1980 e 1990.

FARMACÊUTICOS – Bloqueados mais de R\$ 610 milhões de grandes devedores por meio de Medidas Cautelares.

TRIBUTAÇÃO – Comprovado que a base de cálculo do IR e da CSLL não se aplica às empresas coligadas instaladas em países sem tributação favorecida, mas às empresas controladas localizadas nos “paraísos fiscais”, conforme definido em lei.

COMÉRCIO DE TABACO – Confirmada legalidade de norma que exige regularidade fiscal para concessão de registro especial para fabricação e comercialização de cigarros.

FUSÃO BANCÁRIA – Garantida, no STF, a competência exclusiva do Bacen para apreciar aspectos concorrenciais e atos de fusão bancária no âmbito do SFN.

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS – Demonstrada a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras obtidas em contratos de alienação de imóveis.

SIMPLES NACIONAL – Assegurada a constitucionalidade da exigência de regularidade fiscal para empresas aderirem ao sistema de tributação simplificada.



EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Os programas de governo voltados para a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde e da educação contam com o respaldo da Advocacia-Geral quando questionados em qualquer instância da Justiça brasileira.

A AGU contribuiu para a manutenção de grandes projetos como as cotas sociais e raciais em universidades federais e as regras do Enem.

Na saúde, a defesa judicial do programa Mais Médicos para o Brasil saiu vitoriosa em 76 processos. A Instituição também manteve em vigor o normativo de órgãos reguladores, como a Anvisa, que proibiu o bronzamento artificial para fins estéticos, por exemplo.

A Advocacia-Geral assegurou, ainda, a aplicação de multas contra infratores da legislação ambiental e a recomposição do dano causado por desmatadores.



MAIS MÉDICOS – Defendida a constitucionalidade da MP nº 621/2013, que criou o programa. Também foram confirmadas a legalidade do registro provisório para atuação autônoma de profissionais estrangeiros no país e a finalidade educacional e de especialização profissional do programa.

CONSERVAÇÃO – Demonstrada validade de decretos que criaram unidades de conservação em diversos estados.

COTAS – Assegurada reserva de vagas para estudantes por meio de cotas sociais e raciais em universidades públicas de todo o país.

PATENTES – Confirmado fim das patentes do Viagra e do Glivec, usado no tratamento da leucemia. Antecipado em dois anos domínio público do Tamiflu, usado contra a gripe Influenza A.

REGISTRO IMOBILIÁRIO – Confirmada a necessidade de registro imobiliário da área de reserva legal para fins de isenção do ITR.

RIO+20 – Realizado assessoramento ao Comitê Organizador da Conferência das Nações Unidas Rio+20.

BRONZEAMENTO – Reconhecida validade de aplicação da Resolução Nº 56 da Anvisa que proíbe bronzamento artificial para fins estéticos.

SUSTENTABILIDADE – Economizados R\$ 2,8 milhões desde 2012 com a redução de consumo de água, energia elétrica, telecomunicações e material.

LICENCIAMENTO – Atuação na Comissão Tripartite Nacional, prevista na Lei Complementar nº 140/2011, responsável por regulamentar o licenciamento ambiental.

MULTA – Comprovada legalidade de exigência de pagamento de multa por transporte ilegal de madeira para expedição do licenciamento de veículo.

SUS – Derrubado pedido de indenização da Federação Brasileira de Hospitais de R\$ 700 milhões. Entidade requeria ao SUS compensação por perdas causadas na conversão de Cruzeiro Real para Real.

ENEM – Garantidas as regras do Exame em 1.771 ações individuais, além da suspensão de mais de 200 liminares para acesso à redação antes de inscrição no Sisu.

SISU – Mantidas regras do Sisu para o processo seletivo do programa do Governo Federal que concede bolsas em universidades federais.



CONCILIAÇÃO, CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO

Garantir, por meio do assessoramento e consultoria, a segurança jurídica de políticas públicas e atos da Administração Federal é uma das principais funções da Advocacia-Geral da União.

A adoção de meios alternativos de solução de conflitos tem sido prioridade da AGU nos últimos anos. A promoção da cultura de conciliação e a realização de acordos reduziram significativamente o número de litígios envolvendo a União.

Ao abrir mão de recursos em mais de 30 mil processos, a AGU desafogou a Justiça e economizou R\$ 23,2 milhões aos cofres públicos.

No âmbito das autarquias e fundações públicas federais foram realizados 375 mil acordos e economizados R\$ 1,2 bilhão.

CENTRAIS DE NEGOCIAÇÃO – Implantadas unidades nas cinco regiões jurídicas para planejar, organizar e uniformizar as atividades de conciliação. Celebrados 35 mil acordos, com economia de R\$ 428 milhões à Administração Direta.

DECISÕES DO TCU – Realizados acordos em sentenças do TCU para recuperar dinheiro desviado da União em dívidas inferiores a R\$ 10 mil.

ACORDOS – Extintos 30.395 processos no STJ e TRFs, e economizados R\$ 23,2 milhões em custos administrativos só no STJ.

PREVENÇÃO – Emitido parecer pela proibição de registro de novos agrotóxicos que sejam mais nocivos do que os utilizados no país.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Efetuadas centenas de reuniões para dirimir conflitos entre órgãos públicos federais.

COOPERATIVAS – Emitido parecer sobre a ampliação da participação de cooperativas nas licitações promovidas pelo Poder Público.

REDUÇÃO DE LITÍGIO – Publicadas 21 súmulas e seis instruções normativas com procedimentos para desistência e não interposição de recursos.

CONVÊNIOS BACEN – Efetuado assessoramento jurídico na retenção de créditos trabalhistas para pagamento de funcionários de empresa contratada pelo Bacen, afastando responsabilidade subsidiária do banco.

NOVAS LEIS – Assessoramento na elaboração do novo Código Florestal, MP dos Portos, Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Marco Civil da Internet, Estatuto da Juventude e reforma da Lei nº 8.112/90.

CCAF VIRTUAL – Inseridos dispositivos virtuais (e-mail, videoconferência, sistema de mensagens instantâneas) para realização de conciliações entre órgãos da Administração.

CONCILIAÇÃO – Economizados R\$ 1,2 bilhão por meio de 375,4 mil acordos envolvendo ações da Administração Indireta, especialmente em matéria previdenciária.



HABITAÇÃO, PATRIMÔNIO E COMBATE À CORRUPÇÃO

A adoção de perfil proativo, articulado e focado na efetiva recomposição do patrimônio público resultou em expressiva recuperação de verbas desviadas dos cofres da União nos últimos cinco anos.

Entre os casos, destacam-se o bloqueio das contas no exterior do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, os leilões de imóveis e joias da quadrilha de Jorgina de Freitas e o acordo realizado com o Grupo OK para pagamento de R\$ 468 milhões referentes ao desvio de dinheiro das obras do TRT/SP.

Por essa atuação, a Advocacia-Geral conquistou a categoria especial do Prêmio Innovare, concedido às iniciativas de combate à corrupção.

Os advogados, procuradores e servidores da AGU também trabalham para evitar posse irregular de terras e prédios, invasão de reservas indígenas, entre outros. O resultado é o retorno de bilhões aos cofres públicos nos últimos anos.

RESSARCIMENTO – Recuperados R\$ 1 bilhão para a administração direta em 10 mil ações de combate à corrupção.

SUCROALCOOLEIRAS – Confirmada necessidade de perícia para determinar o exato prejuízo causado ao setor pela fixação de preços pelo Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 1990. A decisão alcançou 290 ações e evitou a saída de R\$ 107 bilhões do Erário.

ENFRENTAMENTO – Ajuizadas 318 ações de combate à corrupção na Administração Indireta com expectativa de ressarcimento de R\$ 419 milhões.

PRÊMIO INNOVARE – Recebido em reconhecimento pela recuperação judicial de valores desviados de instituições públicas.

MORADIAS – Comprovada legalidade do procedimento de vendas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

EX-JUIZ – Restituídos US\$ 6,8 milhões depositados em contas bancárias da Suíça em nome do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e esposa.

AUSÊNCIA DE PROVAS – Impedida indenização de R\$ 20 trilhões pela Chesf à construtora Mendes Júnior na maior ação judicial da América do Sul.

GRUPO OK – Realizado acordo com grupo do ex-senador Luís Estevão para devolução de R\$ 468 milhões desviados da construção do TRT/SP.

PENHORA – Assegurada a penhora de bens das empresas do ex-deputado federal Wigberto Tartuce por dívidas de R\$ 29 milhões com o Tesouro Nacional.

CRIME ORGANIZADO – Bloqueados R\$ 792,3 milhões em bens da quadrilha do “Comendador Arcanjo”, condenada por lavagem de dinheiro no Mato Grosso.

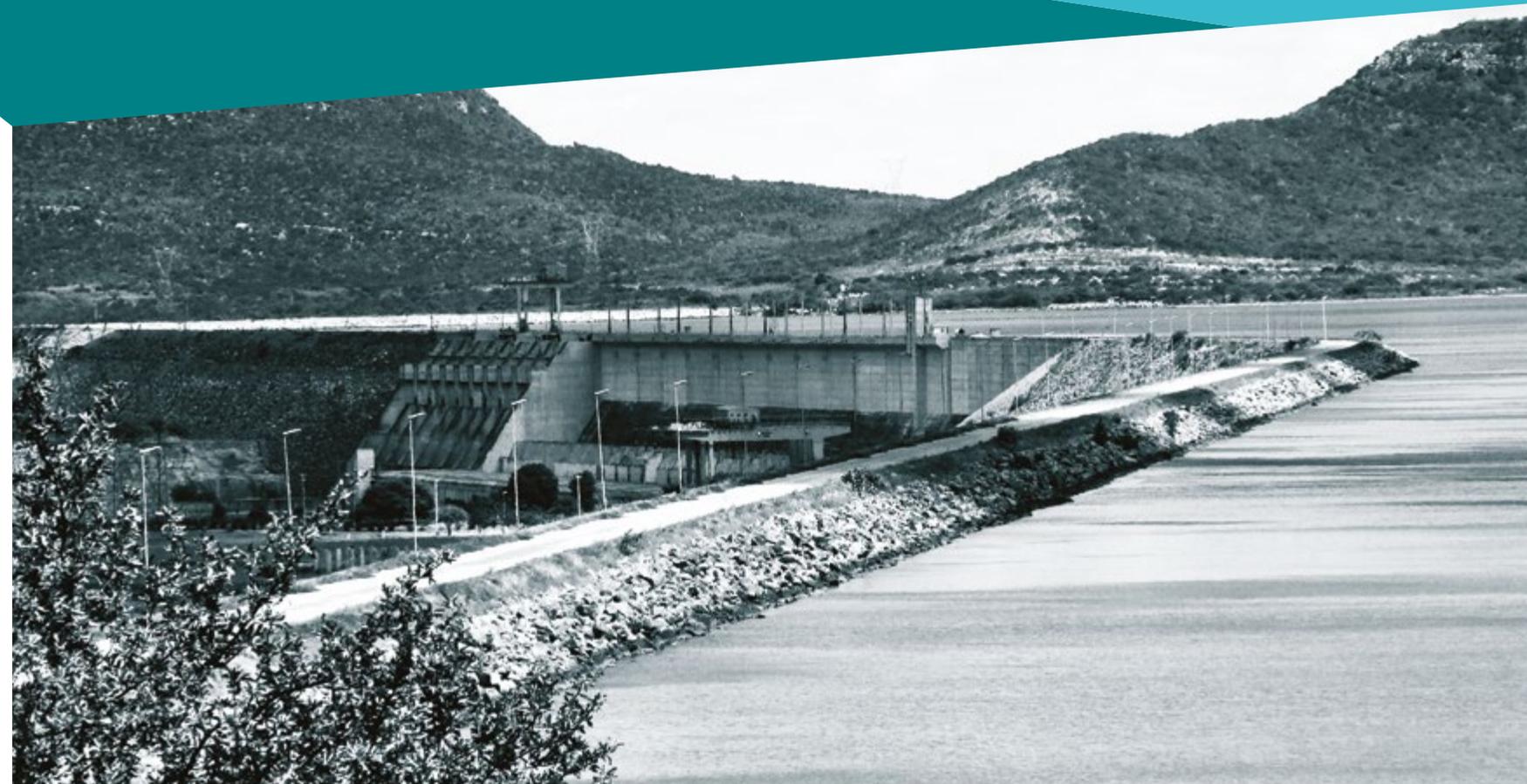
IMÓVEIS – Ajuizadas mais de 100 ações de reintegração de posse relativas a imóveis funcionais no Distrito Federal.

PATRIMÔNIO CULTURAL – Mantida decisão que determinou ao Bradesco recuperar casarão de sua propriedade em São Luís (MA), tombado pelos governos Federal e Estadual.

CASO JORGINA – Arrecadados R\$ 145 milhões com leilão de bens da quadrilha da fraudadora do INSS, com acompanhamento de 35 ações criminais, 43 inquéritos na Justiça Federal, 73 recursos junto ao TRF 2ª Região, 50 ações de responsabilidade civil e 50 cautelares.

SOBERANIA – Editado parecer que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros.

FICHA LIMPA – Defendida constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.



INFORMAÇÕES SETORIAIS

PGU PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

Representa judicialmente a União perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Superior Tribunal Militar (STM), a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e respectivas instâncias inferiores, ressalvada a atuação em matéria de natureza tributária e fiscal, assim como assiste juridicamente a República em controvérsias perante tribunais internacionais e estrangeiros.

MAIS MÉDICOS – Confirmada a finalidade educacional e de especialização profissional do programa, assim como a legalidade do registro provisório para atuação de profissionais estrangeiros no país, garantindo a implantação do programa e o atendimento básico de saúde a milhares de brasileiros.

INFRAESTRUTURA – Comprovadas as condições do novo marco regulatório do setor energético para prorrogação de contratos para geração de energia elétrica.

REDUÇÃO DE LITÍGIO – Extintos 30.395 processos no STJ e nos TRFs, gerando uma economia de R\$ 23,2 milhões em custos administrativos só no STJ.

DIREITOS HUMANOS – Assegurada indenização de US\$ 1,3 milhão aos legítimos herdeiros dos envolvidos na “Guerrilha do Araguaia”, conforme decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

CHESF – Vitória na maior ação judicial da América do Sul impediu o pagamento de indenização de R\$ 20 trilhões pela Chesf à construtora Mendes Júnior.

JUIZADOS ESPECIAIS – Instalada coordenação nacional e coordenações regionais para acompanhar processos nos Juizados Especiais Federais.

BLOQUEIO DE BENS – Bloqueados R\$ 792,3 milhões em bens da quadrilha do “Comendador Arcanjo”, condenada por lavagem de dinheiro no Mato Grosso.

COPA DO MUNDO – Impedidas greves na Polícia Federal, Receita Federal e Ministério da Cultura durante o mundial, viabilizando o funcionamento de aeroportos, estradas e museus. Obtido o bloqueio de bens de sindicatos por prejuízos causados à União nas greves das polícias militares de Pernambuco e Bahia. Também viabilizada campanha publicitária “Copa das Copas”, do Governo Federal.

FORO ESTRANGEIRO – Repatriados US\$ 6,8 milhões da Suíça de contas do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

SUCCESSO CALCULADO – O projeto, que tem como objetivo apurar os valores economizados nas ações transitadas em julgadas em que a União teve êxito, já apurou a economia de 16 bilhões entre 2012 e 2014.

AÇÕES HUMANITÁRIAS – Participação no Gabinete de Crise do Haiti para respaldar juridicamente as ações humanitárias de caráter militar e civil executadas pelo Brasil naquele país.

RIO SÃO FRANCISCO – Êxito em 82% das ações de desapropriação para as obras de transposição.

DEFESA MÍNIMA – Criado Banco de Orientações e Defesas Mínimas, que já conta com 50 teses disponibilizadas para coordenar e racionalizar a atuação dos órgãos da PGU.

GRUPO OK – Realizado maior acordo da história: companhia está restituindo R\$ 468 milhões desviados do TRT/SP.

COMBATE AO TRÁFICO – Expropriado imóvel usado para cultivo de maconha em ação contra o tráfico de drogas e armas na região denominada “Polígono da Maconha” (PE).

RECUPERAÇÃO DE VALORES – Efetuada negociação com a Suíça para repatriar US\$ 30 milhões desviados por fiscais envolvidos no chamado “Propinoduto”.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES – Movidas 84 ações judiciais para cobrar R\$ 3,2 milhões de ex-gestores que cometeram irregularidades durante o processo eleitoral pelos gastos com a realização de novos pleitos.

TARIFAS BANCÁRIAS – Mantida a Resolução nº 2.303/96, que permite às instituições bancárias cobrar tarifas pela prestação de serviços. Decisão evitou prejuízo para os cofres públicos.

TRABALHISTA – Recolhido, no primeiro semestre de 2012, mais de R\$ 2 milhões referentes a multas aplicadas a empresas que desrespeitaram a legislação trabalhista.

IMÓVEIS – Ajuizadas mais de 100 ações de reintegração de posse relativas a imóveis funcionais no Distrito Federal.

TRABALHO ESCRAVO – Obtidas diversas vitórias na Justiça no combate ao trabalho análogo ao de escravo, sendo que, atualmente, existem 247 ações judiciais questionando a fiscalização e a repressão a todas as formas de trabalho degradante.



Arrecadados/economizados
R\$ 2,51 trilhões

R\$ 1 bilhão recuperados em **10 mil ações** de combate à corrupção e defesa do patrimônio

35 mil conciliações e economia de **R\$ 428 milhões**

Acompanhamento de **3,9 mil ações** relativas a **74 empreendimentos** do PAC

Atuação em **76 ações judiciais** em defesa do programa Mais Médicos para o Brasil, com afastamento de **38 pedidos** de liminares de suspensão

Aumento do percentual de decisões favoráveis de **37%** em 2012 para **53%** em 2014

REPRESENTAÇÃO DE AUTORIDADES – Análise de cerca de 80 pedidos de representação de autoridades no âmbito das justiças comum e eleitoral. Amparada na Lei nº 9.028/95, a defesa do agente público nesses tipos de demandas garantiu a manutenção de atos administrativos e políticas públicas de interesse estratégico para a União.

INCLUSÃO – Garantido o cumprimento das cotas para portadores de necessidades especiais e para menores aprendizes nas empresas.

TRANSPORTE – Economizados R\$ 120 milhões nas obras das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste.

SUCROALCOOLEIRAS – Confirmada necessidade de perícia para determinar o exato prejuízo causado ao setor pela fixação de preços pelo Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 1990. A decisão alcançou 290 ações e evitou a saída de R\$ 107 bilhões do Erário.

CENTRAIS DE NEGOCIAÇÃO – Economizados R\$ 428 milhões aos cofres públicos e fomentou a prática de conciliações, resultando em mudanças na atuação das unidades de execução da PGU e na redução do tempo de encerramento dos processos.

PGF PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Responsável pelo assessoramento jurídico e pela defesa judicial e extrajudicial das 159 autarquias e fundações públicas federais como INSS, Ibama, Incra, CVM, Cade, agências reguladoras, institutos e universidades federais, distribuídas em 222 municípios. Também realiza a inscrição em dívida ativa nos órgãos assessorados.

SELEÇÃO – Realizados dois concursos para o cargo de procurador federal, com a contratação de 472 candidatos e formação de cadastro de reserva.

COOPERATIVAS – Emitido parecer sobre a ampliação da participação de cooperativas nas licitações promovidas pelo Poder Público.

DOAÇÃO DE BENS – Elaborado parecer favorável à viabilidade jurídica de doação de bens remanescentes de convênios quando se tratar exclusivamente de conveniente público.

PARALISAÇÕES NA COPA – Suspensas greves de servidores públicos que limitavam o funcionamento de museus, entre outras instituições, durante a Copa do Mundo. Decisão judicial também impediu piquetes e bloqueios no interior e entorno de aeroportos no Rio de Janeiro (RJ) durante o evento esportivo.

APOSENTADORIA – Asseguradas as regras do cálculo de aposentadoria por invalidez previstas na legislação previdenciária, gerando uma economia anual de mais de R\$ 2 bilhões diretos e R\$ 10 bilhões indiretos.

QUILOMBOLAS – Confirmada regularidade do procedimento de demarcação do território quilombola de Mesquita (GO).

PORTOS E FERROVIAS – Garantido o arrendamento e a concessão da exploração de diversas ferrovias e portos.

CAMPO DE LIBRA – Derrubadas 27 ações que pretendiam impedir a exploração do pré-sal. O leilão gerou R\$ 15 bilhões de receita e estima arrecadar R\$ 1 trilhão durante 35 anos de concessão.

PORTO DE MANAUS – Obtida decisão para demolir um “camelódromo” em área do porto tombada pelo Iphan, assegurando a revitalização do local para a Copa do Mundo de 2014.

DÍVIDA ATIVA – Recuperados R\$ 41 milhões com o protesto de certidões da Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais por meio de projeto que viabiliza a recuperação de 40% dos valores protestados.

LICENCIAMENTO – Comprovada legalidade de exigência de pagamento de multa por transporte ilegal de madeira para expedição do licenciamento de veículo.

OLIMPÍADAS – Criado o Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas para garantir segurança jurídica ao evento, acompanhar o Geolimpíadas e auxiliar as atividades da Autoridade Pública Olímpica.

AEROPORTOS – Asseguradas as concessões dos terminais de Galeão (RJ), Confins (MG), Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF).

BANDA LARGA 4G – Realizada força-tarefa para garantir a segurança jurídica de leilão da Anatel realizado em 2014. O procedimento arrecadou R\$ 5,85 bilhões de empresas que vão explorar o serviço em todo o país.

ENEM – Garantidas as regras do Exame em 1.771 ações individuais, além da suspensão de mais de 200 liminares para acesso à redação antes de inscrição no Sisú.

CONCESSIONÁRIA PUNIDA – Retomada do controle do Porto de Imbituba (SC) e bloqueio de R\$ 91,8 milhões em bens para quitar as dívidas deixadas pela empresa concessionária.

PATENTES – Confirmado fim das patentes do Viagra e do Glivec, usado no tratamento da leucemia. Antecipado em dois anos domínio público do Tamiflu, usado contra a gripe Influenza A.

ENERGIA – Defendidos o licenciamento ambiental e as regras de concessão da Anatel para usinas hidrelétricas em 201 ações judiciais, incluindo Belo Monte (PA) e Teles Pires (MT).

ELEIÇÃO – Alterados mais de 200 “nomes de urna” por uso indevido de nomes e imagem das autarquias e fundações públicas federais. A vedação consta em Resolução do TSE.

PLANOS ECONÔMICOS – Impedidos pagamentos indevidos aos servidores da UFERSA e da UFSM, que cobravam correções salariais relacionadas a antigos planos econômicos.

RODOVIAS – Permitida a continuidade das obras de duplicação da BR-101 (SC), após a comprovação da regularidade do licenciamento ambiental; a concessão de rodovias; e licitação dos serviços de TRIP.

TERRAS INDÍGENAS – Assegurada a posse dos indígenas Nhandewa Guarani sobre a terra Iyyporã-Laranjinha (PR) e defesa da demarcação de terras de Toldo Pinhal (SC) para as etnias Kaingang, Menku, Myky, Marãiwatsede e Xavante.

CONSULTORIA – Criadas câmaras permanentes de consultoria para padronizar o assessoramento jurídico às autarquias e fundações públicas federais.

73 procedimentos disciplinares e sindicâncias instauradas, que acarretaram em 8 demissões e 2 suspensões de Procuradores Federais

291 mil pareceres e 177 mil notas produzidos

Arrecadados/economizados:
R\$ 156,3 bilhões

17,1 milhões de processos acompanhados

318 ações de combate à corrupção ajuizadas, com expectativa de ressarcimento de **R\$ 419,4 milhões**

2,2 mil ações regressivas acidentárias ajuizadas para ressarcir o INSS em mais de **R\$ 439 milhões**

R\$ 9,2 bilhões cobrados em 187,7 mil ações de execução fiscal, com a inscrição de **R\$ 6 bilhões** na Dívida Ativa

ADMINISTRATIVO – Garantida exigência de prévio requerimento administrativo de benefícios previdenciários antes de ação judicial.

COTAS – Mantida, no STF, a política de cotas e ações afirmativas das universidades federais (UnB e UFRGS)

EFEITO PEDAGÓGICO – Ampliados ajuizamento de ações regressivas para casos relativos à violência contra a mulher e acidentes de trânsito.

PGFN

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Vinculada administrativamente ao Ministério da Fazenda e tecnicamente à AGU, suas atribuições consistem em representar a União em causas fiscais, na cobrança judicial e administrativa dos créditos tributários e não-tributários e no assessoramento e consultoria no âmbito do Ministério da Fazenda. A Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica da AGU, previu, expressamente a subordinação técnica e jurídica da PGFN ao Advogado-Geral da União.

CONSTITUCIONALIDADE DA DRU – Assegurada, no STF, a desvinculação de 20% das receitas obtidas com a incidência de CSLL/PIS e Cofins sobre salários, conforme estabelecido pelas Emendas Constitucionais 27/2000 e 42/2003. A decisão evitou prejuízo de até R\$ 447 bilhões para a União.

SIMPLES NACIONAL – Assegurada a constitucionalidade da exigência de regularidade fiscal para empresas aderirem ao sistema de tributação simplificada.

DEPÓSITOS JUDICIAIS – Confirmada a incidência de IRPJ e CSLL sobre a variação positiva resultante da aplicação da Taxa Selic em depósitos judiciais.

CARTA DE FIANÇA – Demonstrada a necessidade de que a carta de fiança dada em garantia de execução fiscal englobe, também, o valor dos honorários advocatícios.

LIQUIDAÇÃO – Derrubada liminar proferida pelo TJDFT que suspendia a venda de imóvel penhorado de grupo econômico. A liminar autorizava, ao mesmo tempo, a alienação direta do imóvel, avaliado em R\$ 40 milhões, pela própria devedora nos autos da recuperação judicial.

ALIENAÇÃO – Comprovada a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras obtidas com contratos de alienação de imóveis.

VENDA DE AUTOMÓVEL – Utilização do preço de venda ao consumidor final como a base de cálculo do PIS e da Cofins devidos pelas concessionárias de veículos.

HONORÁRIOS MÉDICOS – Obtida a decisão sobre a legalidade de incidência de IRRF sobre os valores pagos a médico cooperado.

LIMITES MÍNIMOS PARA INSCRIÇÃO E AJUIZAMENTO DOS CRÉDITOS DE FGTS – Autorizada a inclusão em lei de limites mínimos para inscrição e ajuizamento de débitos de FGTS, além do cancelamento de dívidas de valor abaixo de R\$ 100. Estima-se que a medida reduza em mais de 70% o volume de execuções fiscais de FGTS, permitindo que os órgãos de cobrança se dediquem com mais afinco aos créditos de maior valor.

EXECUÇÃO FISCAL E MASSA FALIDA – Reconhecida, sob a sistemática dos recursos repetitivos, a possibilidade de emenda da Certidão da Dívida Ativa para a inclusão do termo “massa falida”, sendo descabida a extinção da execução fiscal por ilegitimidade passiva.

EMBARGOS – Confirmada, na execução de processos contra a Fazenda Pública, a dispensa da inclusão de parcela incontroversa do débito ou incorreções nos cálculos do credor em recursos da AGU.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL – Unificada certidão emitida pela Receita Federal, referente aos débitos relativos a contribuições sociais, com a certidão conjunta, emitida pela RFB e pela PGFN, referente aos demais tributos.

EXPORTAÇÕES – Mantida incidência da CSLL sobre receitas decorrentes de exportações.

OPERAÇÃO LARANJA MECÂNICA – Reconhecido vínculo entre 70 pessoas jurídicas envolvidas em esquema de sonegação fiscal e determinado bloqueio de bens para garantir ressarcimento de R\$ 307 milhões à Fazenda Nacional.

CONTRIBUIÇÃO – Comprovada a incidência de contribuição previdenciária sobre horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade, descanso semanal remunerado, salário-maternidade e salário paternidade.

RESERVA LEGAL – Assegurada a necessidade de registro imobiliário da área de reserva legal para fins de isenção do ITR.

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Confirmada que a imunidade tributária para livros, jornais, periódicos e papel destinado à impressão impede a tributação dos produtos protegidos, e não da receita da empresa.

COMÉRCIO DE TABACO – Demonstrada legalidade de norma que exige regularidade fiscal para concessão de registro especial para fabricação e comercialização de cigarros.

BASE DE CÁLCULO – Impedido o abatimento de créditos de PIS e Cofins não cumulativos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL em face do previsto na Lei nº 10.833/2003, segundo a qual tais valores não representam receita bruta da pessoa jurídica.

TRIBUTAÇÃO – Confirmada tributação sobre lucro das empresas coligadas e controladas no exterior.

GRUPO OK – Obtida liminar em face da empresa, permitindo a exclusão do devedor de parcelamento, tornando exigível o pagamento de R\$ 270 milhões em créditos tributários.

PENHORA – Penhorados R\$ 54,89 milhões decorrentes de transferência de jogador para pagamento de débitos fiscais de clube de futebol.

LITÍGIOS – Atuação no CARF resultou na manutenção de autos de infração em cerca de R\$ 170 bilhões.

ICMS – Confirmada que a inclusão do valor do ICMS na própria base de cálculo do tributo não configura dupla tributação ou afronta ao princípio da não cumulatividade.

LEILÃO JUDICIAL – Arrecadados R\$ 2,2 milhões com a venda de apartamentos de integrantes de um grupo econômico, montante que está sendo pago em seis prestações.

CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI – Inclusão de valores recebidos por empresa a título de crédito-prêmio de IPI na base de cálculo do IRPJ.

DEVEDORES FARMACÊUTICOS – Bloqueados mais de R\$ 610 milhões de grandes devedores por meio de medidas cautelares fiscais.

FRAUDE – Reconhecido que a alienação de bens pelo devedor após inscrição em Dívida Ativa de crédito tributário configura fraude à execução.

PARCELAMENTOS ESPECIAIS – Assegurada a possibilidade de exclusão dos programas de parcelamento especial quando há o recolhimento de parcelas ínfimas.

Arrecadados/economizados:
808,36 bilhões

Economia de
R\$ 743 bilhões
em ações judiciais

R\$ 65 bilhões só com a
garantia da incidência
de PIS sobre atos
cooperativos

Arrecadação de
R\$ 96 bilhões

Estoque da Dívida
Ativa da União de
R\$ 1,38 trilhão

R\$ 1,4 bilhão
em créditos da Dívida
Ativa protestados, dos
quais **R\$ 266 milhões**
já foram recuperados

PGBC PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL

A PGBC é unidade integrada administrativamente ao Banco Central (Bacen) e subordinada diretamente ao Ministro de Estado Presidente da Instituição. Seu papel, em relação ao Bacen, abrange representação judicial e extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídicos, apuração da liquidez e certeza de créditos para efeito de inscrição em dívida ativa e cobrança, além do controle interno da legalidade. É também órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, sujeito à supervisão técnica do Advogado-Geral da União.

FUSÃO BANCÁRIA – Demonstrada, no STF, a competência exclusiva do Bacen para apreciar aspectos concorrenciais e atos de fusão bancária no âmbito do SFN.

FGTS – Defesa como *amicus curiae* em processos no STF e no STJ em defesa da validade das disposições legais que preveem a adoção da TR para remuneração das contas do FGTS.

CONCURSO – Execução, acompanhamento e homologação do 13º Concurso Público para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil.

NORMAS – Prestada consultoria jurídica na elaboração da Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, em vista da necessidade de arcabouço legal que conferisse segurança jurídica aos atos regulatórios praticados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Bacen para implementação, no país, de recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, denominadas Basileia III.

SCORING DE CRÉDITO – Atuação como *amicus curiae* no STJ em ação na qual o Bacen forneceu esclarecimentos técnicos e jurídicos sobre os serviços denominados *scoring* de crédito, utilizados por instituições do SFN para melhor avaliação de riscos relacionados à concessão de crédito.

ESCRITÓRIO – Adotadas medidas para implantação de escritório de cobrança extrajudicial, incluindo o estabelecimento de rotina de protesto extrajudicial de Certidões de Dívida Ativa do Bacen.

COMITÊ – Criado Comitê de Estudos Jurídicos para gerir e disseminar o conhecimento de interesse da unidade de forma sistematizada.

COBRANÇA – Proposta de revisão e aperfeiçoamento do processo de cobrança extrajudicial de créditos do Bacen, incluindo o credenciamento da PGBC para realizar pesquisa de devedores e bens em bancos de dados de diversos órgãos como a Infoseg, Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo e no Cadastro Nacional de Empresas.

SISTEMA INTEGRADO – Desenvolvido Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros.

DÍVIDA ATIVA – Assegurados R\$ 504 milhões em pagamento de créditos inscritos em dívida ativa, além de R\$ 7 milhões em honorários advocatícios.

BOAS PRÁTICAS – Recebida homenagem da ALA, no Canadá, em reconhecimento às boas práticas de gestão adotadas na unidade.

FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – Confirmada, no STJ, o desbloqueio de bens do FGC, permitindo o regular pagamento dos clientes de instituições financeiras liquidadas.

CAPACITAÇÃO – Treinados 3.351 servidores.

PROTESTO – Autorizado, por meio da Portaria Interministerial nº 1/2013, o protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa do Bacen.

BANCOS – Realizado assessoramento jurídico na elaboração das resoluções nº 4.196, nº 4.197 e nº 4.198/2013, destinadas a ampliar a transparência no relacionamento entre as instituições financeiras e os clientes, além de criar condições mais propícias à concorrência no mercado financeiro.

CÉDULAS – Vencida ação que questionava uso da expressão “Deus seja louvado” nas cédulas do Real.

PAGAMENTOS – Efetuada consultoria jurídica na edição da Lei nº 12.865/13, que estabelece o marco regulatório para os cidadãos realizarem transações de pagamentos sem a necessidade de intermediação de uma instituição financeira, possibilitando redução de custos e preços aos usuários.



Arrecadados/economizados:
22,34 bilhões

Inscritos **565** créditos
em favor do Banco Central
no valor total de
R\$ 14 bilhões

Recuperados
R\$ 21 bilhões
e firmados acordos de
parcelamento de
R\$ 40,2 bilhões,
principalmente
com bancos submetidos a
regimes especiais

Êxito de **90%**
em processos judiciais e,
desde 2013,
economia de mais de
R\$ 700 milhões

Produzidos
1.906 pareceres,
34.877 notas jurídicas e
45.960 petições

GESTÃO LEGAL – Concluído programa desenvolvido ao longo de três anos na PGBC que promoveu inúmeras oportunidades de treinamento e possibilitou o aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de trabalho da unidade, entre outras iniciativas.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – Registradas 183 demandas atendidas pela PGBC relacionadas à LAI.

PLANOS ECONÔMICOS – Atuação, no STF, no julgamento de ações e recursos que questionam a constitucionalidade e a legitimidade dos planos econômicos de estabilização monetária implantados nas décadas de 80 e 90.

CONSULTAS – Respondidas 5.398 consultas formais apresentadas pelas diversas áreas do Bacen.

CGU CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

Responsável pela conciliação entre os Entes da Administração Pública, representação extrajudicial dos gestores e das políticas públicas, assessoria e consultoria jurídicas para a Administração Federal Direta em Brasília – por meio das Consultorias e Assessorias Jurídicas junto aos Ministérios e às Secretarias da Presidência – e para os órgãos federais situados nos diversos estados da Federação – por meio das Consultorias Jurídicas da União locais. Também colabora com o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico ao Presidente da República.

ACÚMULO DE CARGOS – Emitido parecer sobre limites e atribuições para o exercício de cargos de vice-governador e de ministro de Estado. O documento analisou a possibilidade do vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, assumir a Secretaria da Micro e Pequena Empresa do Governo Federal.

MERCOSUL – Fixado o entendimento de que o bloco admite a suspensão de país signatário faltoso com o compromisso democrático, impedindo-o de participar dos organismos institucionais da entidade enquanto perdurar a suspensão, e que tal ato tem caráter substancialmente político e pode ser adotado por consenso e unanimidade dos outros Estados-parte do bloco, independente da aquiescência do país suspenso.

NOVAS LEIS – Assessoramento na elaboração do novo Código Florestal, MP dos Portos, Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Marco Civil da Internet, Estatuto da Juventude e reforma da Lei nº 8.112/90.

CONCILIAÇÃO – Concedida cautelar administrativa no processo conciliatório entre Infraero e Receita Federal para solucionar problemas com mercadorias desviadas.

PROFISSÃO DE MOTORISTA – Participação na discussão do parecer e Projeto de Lei da Comissão Especial destinada a promover modificações na Lei nº 12.619/2012, que trata da atividade de motorista profissional.

LICITAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO – Fornecidas orientações sobre as mudanças provocadas pelo Enunciado do TST 331, no que diz respeito à responsabilidade do poder público pelo inadimplemento de verbas trabalhistas a cargo de empresa terceirizada e ao pagamento direto de salários aos trabalhadores em casos excepcionais.

COMISSÃO DA VERDADE – Definida a competência restrita ao exame de condutas de agentes públicos do Estado brasileiro. Admitida, nos termos da Lei nº 12.528/2011, a possibilidade de composição pluralista da comissão, dada a inexistência de vedação à designação de membros dos poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público.

MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO – Caracterização do montepio como instituto de natureza previdenciária complementar, que não se qualifica por uma relação atuarial por arcar a União com grande parcela dos valores despendidos, não se observando equilíbrio financeiro, razoabilidade ou igualdade na concessão do benefício.

VERBA FEDERAL – Definida a competência da fiscalização prévia das licitações de entes beneficiados com repasse de verba federal.

LICENÇA-MATERNIDADE – Reconhecida a possibilidade de empregadas temporárias também receberem licença-maternidade de seis meses.

SOBERANIA – Editado parecer que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros.

RIO+20 – Efetuado assessoramento ao Comitê Organizador da Conferência das Nações Unidas Rio+20.

ABATE DE AERONAVES – Elaborado parecer sobre situações em que Ministério da Defesa pode abater aeronaves hostis.

DIREITOS HOMOAFETIVOS – Publicado parecer que reconhece a união homoafetiva para fins previdenciários.

MAISMÉDICOS – Afastada responsabilidade solidária de médicos em cargos de gestão pública ou de supervisão e tutoria de ensino por atos praticados pelos profissionais do programa. Definição de que os intercambistas têm autonomia para atuar no âmbito da atenção básica em saúde, mas não podem exercer a condição de peritos médicos previdenciários.

Cerca de **400 mil** manifestações jurídicas

184 conciliações realizadas

2,2 mil atuações perante o STF



INCENTIVOS – Reconhecida a possibilidade de concessão, manutenção e ampliação de benefícios fiscais em ano eleitoral, desde que amparadas em estudos técnicos que comprovem a necessidade e o interesse público.

SALÁRIO MÍNIMO – Defendida a possibilidade de fixação de valor do salário mínimo por Decreto Presidencial.

SECA – Elaborado parecer favorável à transferência de recursos para famílias na região Norte afetadas pela estiagem.

EXTRADIÇÃO – Confirmado entendimento contra a extradição de Cesare Battisti.

SGCT SECRETARIA-GERAL DE CONTENCIOSO

Coordena e executa os procedimentos relativos à atuação judicial da União perante o Supremo Tribunal Federal nos processos de competência originária e recursal, promovendo ainda a representação judicial do Presidente da República, dos Ministros de Estado e demais autoridades. Cabe ao órgão orientar as demais unidades da AGU no tocante às matérias de contencioso constitucional, coordenar os Escritórios Avançados, como também propor ao Advogado-Geral da União a edição de enunciados de Súmulas e Instruções Normativas da AGU.

IMPOSTO DE RENDA – Comprovado que a base de cálculo do IR e da CSLL não se aplica às empresas coligadas instaladas em países sem tributação favorecida, mas às empresas controladas localizadas nos “paraísos fiscais”, conforme definido em lei.

MAIS MÉDICOS – Defendida a constitucionalidade da MP nº 621/2013, que criou o programa.

SITE “CONTAS PÚBLICAS” – Confirmada a validade da Lei Federal nº 9.755/1998, que autoriza ao TCU criar sítio eletrônico denominado “Contas Públicas” para a divulgação de dados tributários e financeiros dos entes federados.

ISONOMIA – Demonstrada violação dos princípios de isonomia e impessoalidade nos casos de ações judiciais pedindo a remarcação de prova física em concurso.

LEI MARIA DA PENHA – Assegurada constitucionalidade da Lei Maria da Penha, comprovando que a norma tem como objetivo a promoção da igualdade material e a proteção da mulher diante da sua evidente vulnerabilidade no contexto social.

CAMPO – Manutenção de vários decretos presidenciais para fins de reforma agrária.

PRÉ-SAL – Defesa da compensação financeira pela exploração de petróleo no pré-sal aos Estados e municípios, conforme definido pela “Lei de Royalties”.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS – Confirmada imunidade de jurisdição e de execução, da ONU/PNUD, conforme tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.

BASE DE ATUAÇÃO – Instalados escritórios avançados no CNJ, Conselho de Justiça Federal, TJDF, TCU, STJ e TSE.

REDUÇÃO DE LITÍGIO – Assegurado normatização de procedimentos para desistência e não interposição de recurso.

ESPORTE – Reconhecida constitucionalidade da Lei nº 10.671/2003, conhecida como Estatuto do Torcedor.

ENTES FEDERADOS – Declarada constitucionalidade da consulta pública, por meio de referendo, nos casos de desmembramento de Estados e Municípios, conforme previsto na Lei nº 9.709/98.

TRANSPORTE – Emitida manifestação pela constitucionalidade das normas relativas ao Trem de Alta Velocidade S/A.

PAGAMENTO DE QUINTOS – Assegurado o entendimento de que não é possível a criação de sistema híbrido para possibilitar o pagamento de quintos recebidos antes do ingresso na magistratura.

AVALIAÇÃO – Mantida a constitucionalidade do exame da OAB como requisito para a atividade de advogado.

NOTÍCIÁRIO PÚBLICO – Garantida transmissão do programa “A Voz do Brasil”, às 19h, em todo o território brasileiro.

DIREITO INTERNACIONAL – Devolução de criança americana ao pai biológico em cumprimento à Convenção da Haia.

CESARE BATTISTI – Confirmada decisão do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva que negou a extradição de Cesare Battisti para a Itália. O STF reconheceu que a recusa foi baseada nos termos do tratado internacional e representa ato de soberania nacional.

CONCURSO – Assegurada exigência de concurso público para titular de cartórios.

SERVIDOR – Mantida decisão do CNJ de fixar mínimo de oito horas diárias para atendimento ao público na Justiça.

DECADÊNCIA – Garantida a revisão de benefícios previdenciários concedidos antes da MP nº 15239/97 também tem que observar o prazo limite de 10 anos.

COMBATE À CORRUPÇÃO – Defendida a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

COTAS – Validados, no STF, os sistemas de cotas instituídos pela UFRGS e pela UnB.

PORTOS – Afastado Mandado de Segurança contra votação da MP dos Portos.

63,8 mil demandas recebidas do STF

53 mil notas internas

7,6 mil petições incidentais

4,2 mil recursos:

3,6 mil pareceres/ notas técnicas produzidas

807 atuações em ADI/ADC/ADO/ADPF

809 ações ajuizadas

835 memoriais entregues aos Ministros do STF

seis publicações de 21 súmulas e instruções normativas que contribuíram para redução de litigiosidade

CGAU

CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO

Fiscaliza as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correções nos órgãos integrantes da Instituição para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de controle preventiva, corretiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO – Publicada Portaria nº 87/2014-CGAU/AGU, que dispõe sobre aspectos gerais a serem observados durante o exame das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos pelas equipes de correção ordinária da CGAU.

CONTRATAÇÕES – Elaboradas diretrizes consultivas em contratações públicas em conjunto com a CGU, PGFN e PGF.

NOVAS UNIDADES – Inaugurados Escritórios Avançados da Corregedoria na 2ª, 3ª e 4ª Regiões, assegurando mais eficiência à atuação correccional, disciplinar e de avaliação de desempenho no estágio confirmatório.

BOAS PRÁTICAS – Elaborado Manual de Boas Práticas Consultivas juntamente com o Guia de Licitações Sustentáveis da AGU.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Adotadas medidas que objetivam a sensibilização, conscientização e educação dos membros e servidores em exercício na CGAU a respeito do sigilo e cuidados para evitar o vazamento de informações.

CORREGEDORIAS – Realizado projeto de aproximação dos Poderes Executivo e Judiciário para ampliar a participação da Corregedoria-Geral nas correções realizadas pelas Corregedorias Judiciárias.

CORREIÇÃO ELETRÔNICA – Implantado Sistema de Correção Eletrônica, com 93 correções efetivadas e redução média de R\$ 205 mil de gastos com diárias e passagens.

EFETIVO – Ampliado quantitativo de advogados da União e de procuradores da Fazenda Nacional em exercício nos setores responsáveis pela atividade correccional e comissões de processos disciplinares.

ENXUGAMENTO DAS COMISSÕES – Reduzido número de processos disciplinares sob a responsabilidade de cada comissão, o que diminuiu o tempo médio de duração das sindicâncias e processos disciplinares.

TRABALHO REFORÇADO – Intensificada atividade correccional ordinária, da investigação preliminar, da responsabilidade funcional e da conduta moralmente adequada dos membros da AGU.

CORREIÇÕES TEMÁTICAS – Realizadas no Incra (com foco nos juros compensatórios nas desapropriações para fins de reforma agrária), no Ibama (avaliação do sistema de constituição de crédito e da dívida ativa) e no Patrimônio Imobiliário da União (atuação das Procuradorias Regionais e Seccionais).

PROCESSOS DISCIPLINARES – Normatização, no âmbito da atividade consultiva, dos elementos mínimos das manifestações de apoio a julgamentos de Processos Administrativos Disciplinares.

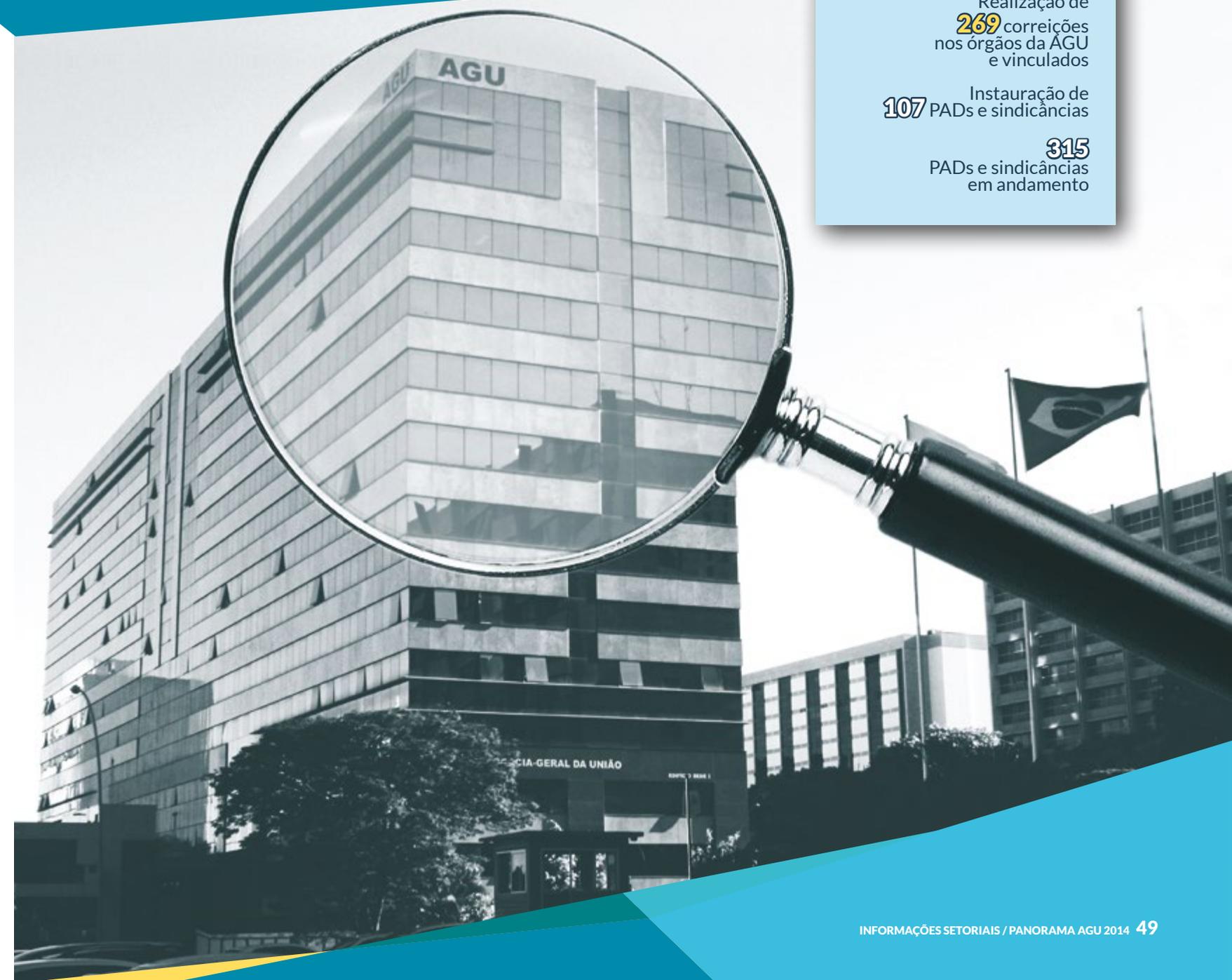
PARCERIA – Assegurada a execução democrática e participativa da atividade correccional com o envolvimento dos advogados públicos da CGU, PGF e PGU nas equipes.

REQUISITOS AMBIENTAIS – Realizado, em parceria com a Coordenação da Comissão Gestora Nacional do Programa “Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P”, de 36 correções em órgãos jurídicos integrantes e vinculados à AGU para exame de suas condições ambientais.

Realização de
269 correções
nos órgãos da AGU
e vinculados

Instauração de
107 PADs e sindicâncias

315
PADs e sindicâncias
em andamento



SGCS

SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA

Responsável por supervisionar e coordenar a articulação entre os órgãos de direção superior, de execução e vinculados à AGU, assim como destes com os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Secretário-Geral de Consultoria é o substituto do Advogado-Geral. À Secretaria-Geral de Consultoria compete assistir o Advogado-Geral da União quanto aos assuntos internos da Instituição, além de prestar a ele e à SGA, por meio do Departamento de Assuntos Jurídicos Internos (DAJI), assessoramento jurídico, ressalvada a competência específica da CGU. No assessoramento jurídico da SGA, cabe ao DAJI examinar, prévia e conclusivamente, minutas de edital de licitação e dos respectivos contratos e termos aditivos, bem como os atos de reconhecimento de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL – Representação da Instituição e do Advogado-Geral da União em diversas reuniões, audiências públicas e eventos dos três Poderes.

PROCESSO LEGISLATIVO – Participação em debates sobre o novo Código de Processo Civil, alteração da Lei Orgânica da AGU, transposição do regime jurídico dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional abrangidos pela Lei nº 8.8878/1994, demarcações das reservas indígenas no Brasil e terrenos de marinha.

COMISSÃO DE ÉTICA – Estruturação e implementação da comissão, e definição de mandato de dois anos para presidência.

ACORDOS JUDICIAIS – Análise para autorização da celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de empresas públicas dependentes cujo valor seja superior a R\$ 500 mil.

PRÓ-EQUIDADE GÊNERO E RAÇA – Reconhecimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça e ampliação da política de equidade para funcionários terceirizados.

MENSAGEM PRESIDENCIAL – Coordenação e consolidação das informações prestadas pelos órgãos da AGU destinadas à Casa Civil da Presidência da República para a elaboração da Mensagem Presidencial apresentada ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 2015.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL – Contribuição no aprimoramento de atos normativos que regulamentam o licenciamento ambiental e a atuação de órgãos envolvidos (Funai, Iphan e Fundação Cultural Palmares); atuação na Comissão Tripartite Nacional, prevista na Lei Complementar nº 140/2011, responsável por regulamentar o licenciamento ambiental.

ELEIÇÕES – Coordenação da elaboração e divulgação da cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições”, bem como de esclarecimentos acerca da legislação eleitoral com a realização de 12 palestras sobre o assunto.

CONCURSOS PÚBLICOS – Presidência das bancas examinadoras dos concursos públicos para advogado da União e procuradores da Fazenda.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – Participação na implementação da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais como membro do Conselho Deliberativo e coordenação da análise jurídica de processos judiciais e de eventuais passivos da União relacionados a entidades de previdência complementar.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – Atuação na Comissão Mista de Reavaliação de Informações, última instância de análise de pedidos via LAI.

QUESTÕES FUNDIÁRIAS – Intermediação de conflitos decorrentes de questões fundiárias envolvendo a demarcação de terras indígenas e titulação de áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombolas.

SAÚDE DOS SERVIDORES – Colaboração na análise jurídica e adoção de medidas para aprimoramento da prestação de serviços de assistência à saúde do servidor, incluindo o patrocínio e a celebração de convênio com entidades de autogestão em saúde.

2,8 mil pareceres emitidos

2,8 mil notas jurídicas elaboradas

834 informações prestadas

168 despachos exarados

543 memorandos expedidos

88 reuniões realizadas

GAB/AGU* GABINETE

Compete ao Gabinete assistir ao Advogado-Geral da União na representação política e social; preparar despachos e expedientes a serem submetidos ao AGU; acompanhar o andamento de projetos de interesse da Instituição; atender às consultas e aos requerimentos formulados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário; ocupar-se das Relações Públicas do AGU; publicar matérias institucionais no Diário Oficial da União; coordenar e supervisionar as atividades do cerimonial; além de coordenar a distribuição e triagem de documentos submetidos ao AGU.

STF – Realizadas sustentações orais sobre ações que tratam, por exemplo, de planos econômicos adotados nos anos 80 e 90; pagamento de auxílio-alimentação aos magistrados brasileiros; financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais; Estatuto de Defesa do Torcedor; autonomia do CNJ para investigar magistrados brasileiros; e do sistema de cotas raciais da forma como é empregado pela Universidade de Brasília.

ENTREVISTAS – Participação em coletivas para falar sobre diversos temas, entre eles a nova Lei Orgânica da AGU; MP nº 577/2012, que regulamenta as intervenções em concessionárias de energia elétrica; programa Mais Médicos; Enem; parecer que restringe aquisição de terras brasileiras por estrangeiros.

PALÁCIO DO PLANALTO – 276 reuniões na Presidência da República para discussão de temas relevantes para o Governo Federal e para a sociedade, como portos, aeroportos e greves no serviço público.

MODERNIZAÇÃO – Sapiens adotado em todos os processos do Gabinete.

PARQUE TECNOLÓGICO – Gestão junto à área de tecnologia para modernização dos equipamentos de informática.

EVENTOS – Presença em diversos e importantes eventos externos e internos, como a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o TSE e a AGU que garante o repasse de informações sobre os prefeitos/vereadores que foram cassados por atos ilícitos cometidos durante o processo eleitoral; o 6º Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal; sessão solene de 20 anos da AGU na Câmara dos Deputados; audiência pública no Senado sobre mediação e arbitragem; solenidade comemorativa dos 18 anos da Defensoria Pública da União; III Encontro Nacional da PGBC.

CAPACITAÇÃO – Promovido o acesso dos servidores aos cursos de aperfeiçoamento e aprimoramento oferecidos pela AGU.

ARQUIVOS – Digitalizados e armazenados documentação expedida em arquivos de rede. Aperfeiçoamento do sistema para consulta de atos publicados.

LEI SECA – Defendida, em audiência pública no STF, a constitucionalidade da Lei nº 11.705/2008, conhecida como Lei Seca.

SERVIDORES – Inserido formulário padrão para fim de *checklist* em todos os processos de cessão e nomeação, de acordo com os documentos exigidos pela Portaria Lei nº 564/12.

MAIS MÉDICOS – Realizada defesa do programa em audiência pública no STF.

SUSTENTABILIDADE – Reaproveitados papéis inservíveis para bloco de rascunho, reduzindo os gastos com material de expediente e os impactos ao meio ambiente.

63 atendimentos à imprensa

14 sustentações orais no STF

143 convocações e/ou despachos na Presidência da República

989 audiências realizadas no Gabinete

* Informações a partir de 2012

SGA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Administra, planeja, coordena, supervisiona e executa as atividades relacionadas com os sistemas de planejamento e orçamento federal, administração financeira, contabilidade e custos, recursos humanos, serviços gerais, modernização administrativa, documentação e arquivos no âmbito da AGU, exercendo a função de órgão setorial dos sistemas estruturadores e estruturantes da Administração Pública Federal. Também tem competência de instaurar processos administrativos-disciplinares dos servidores técnico-administrativos.

CONCURSO – Realizados concursos públicos para provimento de 180 vagas de servidores administrativos em 2010 (120 vagas) e 2014 (60 vagas).

ESTÁGIO – Reformulado Programa de Estágio da AGU que uniformizou seleção em todo o país.

PREVENÇÃO – Promovida campanha de vacinação em mais de 10,5 mil servidores contra a gripe.

SOLIDARIEDADE – Realização de campanhas para incentivar a doação de livros infantis e agasalhos, e arrecadação de mais de 7 mil brinquedos para a campanha “Papai Noel dos Correios”.

PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL – Economizados R\$ 2,8 milhões desde 2012 com a redução de consumo de água, energia elétrica, telecomunicações e material.

AGU MAIS MÚSICA – Implantado programa cujo objetivo é valorizar e mostrar o talento musical dos servidores da Casa.

FORMULÁRIO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS – Criada planilha eletrônica que realiza a distribuição dos custos entre as unidades da AGU ocupantes de um mesmo prédio.

PROJETO PILOTO DE DIGITALIZAÇÃO – Implantado projeto de digitalização de documentos de recursos humanos.

AGU NA MEDIDA CERTA – Programa já ofereceu acompanhamento nutricional a cerca de 300 servidores e seus familiares, além de palestras e oficinas.

RELEASE DO DOU – Consulta diária das publicações da AGU no Diário Oficial da União e distribuição das informações para diversas unidades da AGU.

SISTEMA CONTA – Desenvolvido por um contador da AGU, possui no banco de dados 855 contratos cadastrados, permitindo a consulta online e a geração de relatórios que auxiliam a tomada de decisões.

ESPAÇO AGU MAIS VIDA – Instalado, no Edifício Sede II, em Brasília (DF), local que propicia aos servidores um ambiente de bem-estar, descanso, leitura, troca de ideias e outras formas de entretenimento.

RECONHECIMENTO – Premiação anual de servidores que se destacam na apresentação de ideias que aumentem a produtividade e reduzam os custos operacionais.

TRANSPORTE – Substituído uso de carros de empresas terceirizadas pelo serviço de táxi, com previsão de economia da ordem de R\$ 1 milhão por ano.

GESTÃO – Inclusão das atividades da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República no Sapiens, o que permitiu à Presidência utilizar o sistema para fiscalizar e auditar processos administrativos.

CARINHO – Inaugurada Sala de Apoio à Amamentação na Sede I da Advocacia-Geral da União, em Brasília (DF).

EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS – Agraciado pela Secretaria de Orçamento Federal com o selo “Boa Prática de Gestão”, o programa IES avalia, acompanha e gerencia as condições dos 196 imóveis da AGU para verificar as condições de trabalho e servir como parâmetro para melhorias futuras na infraestrutura, logística, tecnologia da informação, documentação e ações ambientais.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – Instrumento de planejamento ambiental, definiu objetivos, responsabilidades, ações, indicadores, metas, prazos de execução e formas de monitoramento e avaliação para acompanhar práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos com água, esgoto, energia elétrica, limpeza, resíduos, telefonia e obras, entre outros.

SICGOV – Criado pela Secretaria do Tesouro Nacional para acompanhar a gestão orçamentária e financeira, foi implantado integralmente no âmbito da AGU, permitindo apurar despesas das unidades em todo o Brasil.

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – Promovido projeto piloto para implantação da coleta seletiva incluiu a realização de evento de sensibilização do público interno e externo para a adequada gestão de resíduos sólidos e fechamento dos lixões, além da capacitação de servidores.



Execução Orçamentária de
R\$ 11,7 bilhões

Administração de cerca de
200 prédios em
85 cidades em que
atuam mais de
12 mil pessoas

R\$ 3,3 milhões
economizados com menor
consumo de água, energia
elétrica, telecomunicações e
material de escritório.

Concessão de **912**
aposentadorias a
procuradores federais,
advogados da União,
assistentes jurídicos e
servidores administrativos

INFORMATIVO – Instituído em 2013 para divulgar as ações desenvolvidas pela SGA, é encaminhado semanalmente a todos os usuários da AGU.

ORÇAMENTO – Otimizados recursos para, a partir do levantamento das necessidades das unidades da AGU, aperfeiçoar a gestão com a eficiência do gasto.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DESPESAS POSTAIS – Economizados R\$ 249 mil nas despesas postais desde setembro de 2014.

ARQUIVO CENTRAL UNIFICADO – Digitalizados processos administrativos da AGU para disponibilização em meio eletrônico.

PROTOCOLOS – Regulamentado e implantado Protocolos Centrais Unificados.

DGE

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Responsável por supervisionar, coordenar, orientar e promover as ações de gestão estratégica da AGU, visando o gerenciamento mais efetivo das informações e projetos estratégicos necessários à melhoria do desempenho institucional, de modo a acompanhar as novas tendências e as necessidades do governo, da sociedade e dos cidadãos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – Inaugurado novo Datacenter, com 450 servidores virtuais e capacidade de armazenamento de 500 Terabytes, para ampliar os serviços e infraestrutura em TI para todas as unidades da AGU no país.

CONCURSO – Conclusão dos procedimentos para nomeação e ingresso dos aprovados em seleção das carreiras de advogado da União e de procurador da Fazenda Nacional, além da realização de concursos de promoção e remoção.

SAPIENS – Implantado sistema web para apoio completo à produção de conteúdo jurídico e controle de fluxos administrativos, com ênfase na integração com os sistemas informatizados dos Poderes Judiciário e Executivo.

GRATIFICAÇÕES – Revisão da portaria que disciplina a GDAA e regulamentação da avaliação de desempenho institucional e da GDACE no âmbito da AGU.

NOVO MODELO DE GESTÃO – Realização de concurso público para servidores técnico-administrativos da AGU nas áreas de comunicação social, biblioteconomia, tecnologia da informação, administração, cálculos e perícias, como suporte ao novo modelo de gestão focado na eficiência e no uso intensivo do processo eletrônico, decorrente da implantação do Sapiens.

METAS – Supervisão e monitoramento informatizado da execução das metas anuais propostas pelos órgãos centrais ao Advogado-Geral da União.

EFICIÊNCIA – Articulação com gestores de unidades para racionalizar processos de trabalho e reduzir custos operacionais.

PROGRESSÃO FUNCIONAL – Publicada a Portaria AGU nº 250/2013, que regulamenta o benefício aos servidores do quadro de apoio técnico-administrativo da AGU oriundos das instituições federais de ensino.

NOVA SEDE – Elaboração de estudos para definir um modelo de negócio para viabilizar a instalação da sede própria da AGU, em Brasília.

PROCESSO ELETRÔNICO – Implantação do Sapiens em 553 unidades, com 10.058 usuários ativos e mais de um milhão de processos cadastrados no sistema.

PADRONIZAÇÃO – Interlocução com os órgãos centrais para disseminação e padronização de normas, rotinas e boas práticas de gestão.

LOTAÇÃO – Realização de estudos para definir parâmetros para lotação de membros das carreiras jurídicas e servidores administrativos, bem como para a instalação de novas unidades.

DIVULGAÇÃO – Produção e atualização de portfólio para divulgar projetos estratégicos e setoriais da AGU, bem como as Boas Práticas de Gestão.

CARREIRAS JURÍDICAS – Elaboração do Decreto Nº 7.737/2012, que dispõe sobre a apuração da antiguidade nas carreiras jurídicas da AGU.

REMOÇÃO – Edição da Portaria Interministerial AGU/MF nº 517/2011, que disciplina concurso de remoção para as carreiras de advogado da União e procurador da Fazenda Nacional.

CARREIRA DE APOIO – Negociações junto ao MPOG para enviar à Presidência da República anteprojeto de lei que prevê a criação de três mil cargos.

SUPERVISÃO E APOIO – Gerenciamento de diversos projetos estratégicos, tais como: Laboratório de Recuperação de Ativos e Reestruturação do Patrimônio Público; reestruturações prediais das sedes da AGU e Carta de Serviços da Instituição.

QUADRO DE CARGOS – Idealização do Decreto nº 7.392/2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da AGU, e aprovação do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da PGF.

INTERNET – Com a inauguração do novo Datacenter, em Brasília (DF), a velocidade de conexão de internet da AGU foi ampliada em até cinco vezes, com dois links (principal e redundante) de 500 Mb funcionando de forma concomitante, para viabilizar a utilização massiva do processo eletrônico.

PLANEJAMENTO – Adesão da AGU às contratações de consultorias para revisão do planejamento estratégico, modelagem e melhoria de processos, distribuição territorial e da carga de trabalho do corpo jurídico da Instituição.

553
unidades utilizando
o Sapiens

1 milhão
de documentos
cadastrados no
Sapiens



OAGU OUVIDORIA

Canal aberto ao cidadão, às instituições e aos servidores das áreas administrativa e jurídica da AGU com a função de receber reclamações, elogios, críticas, sugestões e denúncias relativas aos serviços prestados pela Advocacia-Geral, assegurando a resposta ao interessado. A Ouvidoria colabora para o aprimoramento dos trabalhos executados pela Instituição e para uma atuação mais democrática e transparente do órgão perante a sociedade.

DEMANDAS – Principal canal de solicitação de informações da Ouvidoria, o formulário online no site da AGU contabilizou 29.514 registros, incluindo 25.251 solicitações de informações, 133 elogios e 160 sugestões.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – Implementada Lei nº 12.527/2011 e gestão do SIC no âmbito da AGU. Os 1.343 pedidos de acesso à informação recebidos no período foram respondidos, em média, em apenas 11,85 dias.

CAPACITAÇÃO – Curso “Pró-Bono – Noções Básicas de Direito” para servidores de nível auxiliar e terceirizados, em parceria com a Escola da AGU e associações de membros e servidores da Instituição.

CANALS DE DIÁLOGO – Participação no Fórum Governamental de Participação Social, Grupo Executivo de Monitoramento das Demandas Sociais, Fórum de Ouvidorias Públicas com Pautas Sociais, Arena da Participação Social promovida pela Secretaria-Geral da Presidência da República, 1º Fórum Interconselhos da Política Nacional de Participação Social e Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas.

CONTRIBUIÇÕES – Compõe o Comitê Gestor da Agenda Ambiental, o Comitê Gestor do Programa de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, do MPOG.

TEMAS – Principais assuntos demandados pela LAI foram sobre andamento processual, consultas sobre pareceres, súmulas e normas, consultas jurídicas e cumprimento de decisão judicial.

SÍTIOS ELETRÔNICO – Coordenação do Comitê Gestor do Sítio Eletrônico e do Comitê Gestor Nacional do Sapiens.

DOE VIDROS, DOE VIDA – Realizado, em parceria com a Ascom, da campanha de arrecadação de potes para doação de leite materno.

SOLIDARIEDADE – Promovidas campanhas em solidariedade às vítimas das chuvas no estado do Rio de Janeiro, em 2011, do terremoto no Haiti, em 2010, e das cheias na região Nordeste, além de arrecadação de mantimentos e brinquedos para crianças carentes atendidas pela campanha “Seja Você um Papai Noel” em Brasília (DF), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG).

QUALIDADE DE VIDA – Participação na composição do Programa AGU Mais Vida e auxílio no Comitê Gestor do Programa Qualidade de Vida da AGU.

RIO+20 – Coordenadas atividades desenvolvidas pela AGU durante a conferência, inclusive no seminário com participação do TCU e Ministério Público sobre licitações sustentáveis.

GRATIFICAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS – Atuação na Comissão de Avaliação de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho da GDAA.

LEGISLAÇÃO – Elaborada minuta do decreto de criação do Sistema de Ouvidoria Pública, coordenado pela Controladoria-Geral da União.

LEVANTAMENTO DE DADOS – Realizada pesquisa de satisfação com os cidadãos e usuários do sistema da Ouvidoria.

ÉTICA – Fomento à instalação da Comissão de Ética da AGU, bem como reuniões e contato frequente com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

CERTIFICADOS – Entregues certificados às unidades regionais contempladas no Projeto Unidade Nota 10 e funcionamento da Ouvidoria Itinerante durante o evento.

SOCIEDADE – Conduzido, em conjunto com o Departamento de Gestão Estratégica da AGU, do Grupo de Trabalho para elaboração da “Carta de Serviços ao Cidadão”.

MORADIA – Interlocução com o MPOG para a assinatura de convênio com a Terracap, garantindo a redução de juros em financiamentos de imóveis para servidores.



1.343
informações
prestadas via LAI

11,56 dias
é o tempo médio de
resposta via LAI

29.514 solicitações
registradas pelo canal
da Ouvidoria

EAGU

ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL

Centro de captação, produção e disseminação do conhecimento. Promove a atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores e membros das carreiras jurídicas da AGU e órgãos vinculados.

PROBIDADE ADMINISTRATIVA E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS – Realizados cursos com a participação de 477 membros da AGU e órgãos parceiros que atuam no tema.

PARCERIA COM A ESCOLA NACIONAL DE MEDIAÇÃO – Oferecidos cursos “Fundamentos de Negociação e Mediação para a Advocacia Pública” e “Resolução Consensual de Conflitos”, com a participação de 63 membros da AGU e servidores de órgãos parceiros.

PARCEIRAS INTERNACIONAIS – Cursos sobre Direito Europeu, Finanças Globais e Combate ao Crime Organizado, e Direitos Humanos realizados nas cidades de Roma (Itália), Bruxelas (Bélgica) e Haia (Holanda), com participação de 100 membros da AGU.

REGIONAIS E TEMÁTICOS – Edições III, IV e V do Seminário Regional sobre Advocacia Pública Federal, realizados em várias capitais do país, com a participação de 2.003 membros e servidores da AGU; Seminários sobre Direito Minerário, pré-sal, Direito Portuário; Direito Ambiental.

SAPIENS – Realizado treinamento com carga horária total de 305 horas/aula, com a participação de 1.104 membros e servidores da AGU.

ORATÓRIA – Promovido cursos em várias capitais do país, com a participação de 215 membros e servidores da AGU.

LEIS E POLÍTICAS EM ENERGIA – Produzida palestra com o professor William Fox, da Penn State University, com a participação de 28 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros.

EVENTOS – Participação de membros da AGU na Conferência Anual da Associação de Administração Legal, em Toronto (Canadá); curso “Anti-Corruption Program for Brazilian Government Officials”, em Washington-DC (EUA); IX Congresso Mundial de Direito Constitucional, em Oslo (Noruega); Programa sobre OMC – Comércio Internacional de Desenvolvimento do Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento, em Genebra (Suíça); e curso da Academia do Instituto Mundial do Comércio sobre “Política e Direito do Comércio Internacional e Investimentos”, em Berna (Suíça).

SELO QUALIS – Revista da AGU recebeu o Selo Qualis B2, após processo de avaliação e seleção realizado pela Capes, conferindo à publicação reconhecimento científico e acadêmico.

MERCOSUL – Apoio à criação do Mecanismo de Intercâmbio em Matéria de Advocacia Estatal, com o objetivo de promover a troca de experiências entre instituições similares no Mercosul.

CURSOS DE FORMAÇÃO – Oferecidos cursos para formar e ambientar Advogados da União e servidores administrativos da AGU aprovados em concurso público.

PÓS-GRADUAÇÃO – Realizado programa de Capacitação Continuada em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu proporcionou o financiamento de 56 cursos de especialização, 37 de mestrado e 7 de doutorado para advogados da União, procuradores federais e servidores administrativos.

PÚBLICO ALVO – Capacitação de 6.249 advogados da União, 8.553 procuradores federais, 911 procuradores da Fazenda Nacional, 8.980 servidores administrativos e 26.489 servidores de órgãos parceiros.

LIBRAS – Cursos de Libras com a participação de 426 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros, incluindo o curso de pós-graduação lato sensu a distância em Libras, com participação de sete membros e servidores da AGU.

COMÉRCIO EXTERIOR – Capacitação em Direito do Comércio Internacional, voltado para a solução de controvérsias na OMC com a participação de 27 membros das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral. O programa contou com docentes da Universidade da Suíça.

SEMINÁRIO NACIONAL – Edições IV, V e VI do Seminário Brasileiro, realizados em Brasília (DF), com a participação de 1.094 membros e servidores da AGU.

REDE – Criação da Escola Digital, que implementou na AGU a educação a distância.



2.464 eventos
de capacitação realizados

335.924
horas/aulas oferecidas

51.182 membros
e servidores da AGU
e de órgãos parceiros
capacitados

GRADE PERMANENTE – Cursos de âmbito nacional sobre Direito Constitucional, Administrativo, Processual Civil, Previdenciário, Ambiental, bem como de Gestão Pública, com a participação de 3.662 membros e servidores da AGU.

IDIOMAS – Cursos a distância de língua inglesa com 785 vagas, distribuídas para todas as unidades da AGU.

ESPECIALIZAÇÃO EM PARCERIA COM DIVERSAS INSTITUIÇÕES – Direito Público e Internacional (UniCEUB); Direito Processual Civil (PGE/SP); Advocacia Pública (IDDE); Direito Público a distância (UnB); Gestão Pública a distância (FGV); Direito Público (ESA/OAB-SP).

PARCERIA – Acordo com a Escola Nacional de Mediação para capacitação de membros da AGU e órgãos parceiros.

ASCOM

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Responsável pela publicidade de ações e ferramentas de divulgação institucional. O setor tem como objetivo divulgar e esclarecer o papel constitucional da AGU junto à população, garantir a qualidade da produção de notícias de interesse da sociedade e reduzir o tempo de resposta às demandas da imprensa.

RECONHECIMENTO – Programa AGU Brasil conquistou o Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça na categoria “rádio”. A Ascom foi reconhecida, ainda, por órgãos internos com os selos Unidade Nota 10, concedido pela Ouvidoria, e Unidade Parceira do Projeto Esplanada Sustentável, da SGA.

MÍDIAS SOCIAIS – AGU alcança mais de 235 mil seguidores no Facebook, Twitter e YouTube. Atuação proativa assegura a divulgação de informações relevantes sobre a Instituição e esclarece dúvidas dos usuários sobre as ações da Instituição.

CITAÇÕES – Contabilizadas 45,3 mil citações da Advocacia-Geral da União em veículos impressos e onlines. Em agosto de 2012, pela primeira vez a Instituição foi citada mais de mil vezes na imprensa em um único mês, com 1.113 referências.

VISIBILIDADE – A AGU foi o segundo órgão do sistema judicial mais citado na mídia por três anos consecutivos, segundo dados da empresa de clipping Armazém Digital.

DEBATE – Produzidos vídeos com propostas de candidatas a representantes das carreiras no Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

AValiação DE DESEMPENHO – Elaborado vídeo especial sobre o procedimento de gratificação dos servidores da AGU por meio de análise de desempenho. O material reuniu informações como regras e funcionamento do benefício.

ANUÁRIO – Apoio à Revista Consultor Jurídico na elaboração do “1º Anuário Brasileiro da Advocacia Pública Federal”. O material apresenta uma radiografia do setor, com fotos e informações específicas sobre as unidades da AGU, procuradorias estaduais e departamento jurídicos das empresas estatais.

TV – Implantado estúdio de TV e criação de programa de entrevistas produzido pela equipe da Ascom.

COMEMORAÇÃO – Elaborados vídeos especiais sobre os 20 anos da AGU com membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

PARCERIAS – Firmados acordos para transmissão do AGU Brasil pela Rádio Justiça FM, e também pelas rádios Estação Cultura FM de Machado (MG), FURG FM de Rio Grande (RS), Universidade AM de Santa Maria (RS), Santa Cruz AM de Ilhéus (BA), Terra FM de Uberaba (MG) e de Sobrado (RS).

COLETIVAS – Realizadas entrevistas coletivas sobre diversos temas, incluindo o programa Mais Médicos para o Brasil, a recuperação dos valores desviados pelo ex-juiz Nicolau dos Santos Neto para contas na Suíça, o acordo da AGU com o Grupo OK para ressarcimento de R\$ 468 milhões também desviados dos cofres públicos, a Lei Orgânica da Advocacia-Geral, MP do setor elétrico, compra de terras brasileiras por estrangeiros, lançamento do Gecopa e atuação para assegurar as regras do Enem.

SEMINÁRIO – Lançado, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, da cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições”, em seminário voltado para Subsecretários Executivos e de assessores de imprensa do Governo Federal.

AGU BRASIL – Implantado novo formato do programa de rádio, com o lançamento dos quadros “Serviço”, “Agenda” e “Redes Sociais” e ênfase maior nas entrevistas e na regionalidade das notícias.

IMAGENS – Criados perfis no YouTube e Flickr para disponibilizar vídeos e fotos de eventos e audiências da Instituição, além de entrevistas com os membros da AGU.

CHAMADA EM ESPERA – Inseridas notícias do programa de Rádio AGU Brasil nas chamadas em espera dos telefones da Instituição em todo país com o intuito de ampliar a divulgação das ações do órgão.

COBERTURAS ESPECIAIS – Produzidas fotos, vídeos, mídias sociais, matérias especiais e de registros para a divulgação e cobertura de diversos eventos, como o Seminário sobre a cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições”; o lançamento do “1º Anuário da Advocacia Pública”; a campanha “Seja Você um Papai Noel”; o 11º Fórum das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior; e entrevistas com dirigentes sobre a atuação dos órgãos centrais da Advocacia-Geral.

VALORIZAÇÃO – O trabalho da Assessoria de Comunicação da AGU ganhou destaque na 29ª edição da Revista Capital Público. A equipe foi citada na publicação ao lado de setores de comunicação de organizações como a Petrobras e o Senado Federal.

QUALIDADE – Realizada pesquisas com jornalistas para avaliar a eficiência das ferramentas de comunicação e a utilidade dos serviços prestados pela Ascom.



45,3 mil
citações na imprensa

8,6 mil matérias
publicadas no site

5,1 mil demandas
de jornalistas atendidas

EXPANSÃO – Inclusão do AGU Brasil pela EBC na programação do satélite RadioSat, aberto para mais de 10 mil rádios brasileiras.

CASE – Produzida publicação especial relacionada às ações de comunicação sobre a Operação Porto Seguro da Polícia Federal.

ATENDIMENTO À IMPRENSA – 3,7 mil pedidos da imprensa atendidos, mais de 50% deles respondidos em menos de uma hora.

ASPAR ASSESSORIA PARLAMENTAR

Responsável pelo acompanhamento das atividades e dos processos decisórios da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional; estabelecimento e execução de agenda legislativa prioritária da Advocacia-Geral da União junto ao Poder Legislativo; estabelecimento de relacionamento institucional com os parlamentares; assessoramento ao Advogado-Geral da União nos assuntos parlamentares concernentes à Instituição.

PROJETOS DE LEI – Monitoramento das tratativas no Parlamento de temas afetos ou de interesse da Advocacia-Geral da União, como o projeto de Lei Orgânica da AGU, em tramitação na Câmara dos Deputados.

APROXIMAÇÃO – Fortalecimento do trabalho legislativo por meio de relacionamento permanente e estratégico com o Congresso Nacional.

REFORMA AGRÁRIA – Atuação na aprovação de dispositivo da MP nº 636/2013 que permite a renegociação das dívidas de crédito rural executadas pela PGU que não estejam inscritas em Dívida Ativa da União.

BANCO DE DADOS – Início do projeto de criação de um banco de dados da Assessoria Parlamentar para organizar e sistematizar ações como encaminhamentos de dados às demandas parlamentares, agendas realizadas, pesquisas legislativas e estudos elaborados.

POSICIONAMENTOS – Início do projeto de centralização dos posicionamentos da AGU sobre as proposições em tramitação e o envio ao Sistema de Acompanhamento Legislativo da Presidência da República.

ORÇAMENTO – Atuação no Congresso Nacional obteve, por meio de emendas aprovadas em comissões, acréscimo orçamentário para a AGU nos anos de 2014 e 2015.

ELEIÇÕES – Promoção de mesa redonda e lançamento da cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições” na Câmara dos Deputados.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – Atuação na tramitação do PLS nº 166/2010 (novo CPC), para manutenção da penhora de bens e valores em antecipação de tutela, da preservação dos limites dos percentuais de honorários pagos em favor da Fazenda Pública e da integralidade do texto da Câmara sobre a coisa julgada inconstitucional.

LEI DE MEDIAÇÃO – Aprovado, no Senado Federal, Projeto de Lei de Mediação com incorporação de texto sugerido pela Advocacia-Geral da União que trata da resolução consensual de conflitos que envolvam a Administração Pública.

AGENDA – Incluídos assuntos de interesse da Instituição na agenda do Poder Legislativo e fortalecimento na agenda do Executivo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – Realização de evento na Comissão de Constituição e Justiça do Senado sobre “Advocacia Pública como instrumento de Segurança Jurídica” e colaboração no lançamento, em 2014, do “1º Anuário Brasileiro da Advocacia Pública”, elaborado pela Revista Consultor Jurídico.

SESSÃO SOLENE – Realização, no Plenário da Câmara, de sessão em homenagem aos 20 anos da AGU.



SIGLAS

ALA – Association of Legal Administrators

Anac – Agência Nacional de Aviação Civil

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

ANTT – Agência Nacional dos Transportes Terrestre

Anustel – Associação Nacional dos Usuários do Sistema Telefônico Fixo Comutado e Móvel Celular

Bacen – Banco Central do Brasil

Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CCAF – Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal

Chesf – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CPC – Código de Processo Civil

CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

DAJI – Departamento de Assuntos Jurídicos Internos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Funai – Fundação Nacional do Índio

GDAA – Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU

GDACE – Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos

Gecopa – Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014

Geolimpíadas – Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IES – Programa AGU Instalações Eficientes e Sustentáveis

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Infoseg – Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça

Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

LAI – Lei de Acesso à Informação

Libras – Língua Brasileira de Sinais

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP – Medida Provisória

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU/PNUD – Organização das Nações Unidas/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIS – Programas de Integração Social

PL – Projeto de Lei

PLS – Projeto de Lei do Senado

ProUni – Programa Universidade para Todos

RDC – Regime Diferenciado de Contratações

Sapiens – Sistema AGU de Inteligência Jurídica

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SIC – Serviço de Informações ao Cidadão

SICGov – Sistema de Informação de Custos

SIN – Sistema Interligado Nacional

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUS – Sistema Único de Saúde

TCU – Tribunal de Contas da União

Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TR – Taxa Referencial de Juros

TRF – Tribunal Regional Federal

TRIP – Transporte Interestadual de Passageiros

TRT/SP – Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido (RN)

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria/RS

UHE – Usina Hidrelétrica

UnB – Universidade de Brasília



www.agu.gov.br

Imagens:

agencia.previdencia.gov.br
agu.gov.br
al.sp.gov.br
anac.gov.br
aneel.gov.br
bcb.gov.br
blog.previdencia.gov.br
blogs.cultura.gov.br
brasil.gov.br
camara.leg.br
cariacica.es.gov.br
cidades.gov.br
cl.df.gov.br
congressonacional.leg.br
cvm.gov.br
dm.com.br
dominiopublico.gov.br

embratur.gov.br
enem.inep.gov.br
fiscalizario2016.gov.br
flickr.com/photos/brics5
fnde.gov.br
freepik.com
freerangestock.com
ibge.gov.br
infraero.gov.br
ipea.gov.br
iteral.al.gov.br
mec.gov.br
mma.gov.br
pixabay.com
planalto.gov.br
portaldoservidor.ba.gov.br
portosdobrasil.gov.br

public-domain-photos.com
receita.fazenda.gov.br
rio.rj.gov.br
secom.gov.br
tesouro.fazenda.gov.br
tse.jus.br

[Alex de Castro/AscomAGU](#)
[Filipe Marques/AscomAGU](#)
[Leogump de Carvalho/AscomAGU](#)
[Mario Lode / EscolaAGU](#)
[Nelson Jr./SCO/STF](#)
[Raimundo Nonato / EscolaAGU](#)
[Sergio Moraes/AscomAGU](#)
[Tânia Régio/ABr](#)
[Uyara Kamayurá/AscomAGU](#)
[Wesley Mcallister/AscomAGU](#)

Este documento é uma realização da Assessoria de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional SIG, Quadra 6, Lote 800, 70610-460, Brasília - DF Tiragem: 100 exemplares

